



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2023

ATA NÚMERO DOIS/DOIS MIL E VINTE E TRÊS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DUARTE DA MATA**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 14 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 17 - PROPOSTA N.º. 51/23 - DGREAE - CANDIDATOS CONTEMPLADOS COM BOLSA DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - LISTA DEFINITIVA RELATIVA AO ANO LETIVO 2022/2023**
- 18 - PROPOSTA N.º. 52/23 - UJ - PROGRAMA TEMPO JOVEM 2023**
- 19 - PROPOSTA N.º. 32/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, N.º. 8, 3.º. D, BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS, EM CARNAXIDE**

- 20 - PROPOSTA Nº. 33/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA LIBERDADE, Nº. 8, 2º. ESQº., BAIRRO DA ENCOSTA DA PORTELA**
- 21 - PROPOSTA Nº. 34/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 20, 2º. ESQº., BAIRRO DE S. MARÇAL, EM CARNAXIDE**
- 22 - PROPOSTA Nº. 35/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº. 39, R/C DTº., BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA**
- 23 - PROPOSTA Nº. 36/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA JOSÉ AFONSO, BLC B1, BAIRRO LUTA PELA CASA**
- 24 - PROPOSTA Nº. 37/23 - DPE - IGREJA PAROQUIAL DE S. ROMÃO DE CARNAXIDE - CONSERVAÇÃO, RESTAURO E RESOLUÇÃO DE ANOMALIAS (NO INTERIOR) - BALANÇO DE TRABALHOS A MAIS E CÁLCULOS RELACIONADOS COM REVISÃO DE PREÇOS**
- 25 - PROPOSTA Nº. 38/23 - DPE - IGREJA PAROQUIAL DE S. ROMÃO DE CARNAXIDE - CONSERVAÇÃO, RESTAURO E RESOLUÇÃO DE ANOMALIAS - PROTOCOLO 128/2018 - ÓRGÃO MUSICAL HISTÓRICO**
- 26 - PROPOSTA Nº. 39/23 - DPE - Pº. 18/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM E ENVOLVENTE DO SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DA ROCHA, EM CARNAXIDE - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO**
- 27 - PROPOSTA Nº. 40/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, DESTINADO AO FORNECIMENTO DA RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO “MICROSOFT” POR UM PERÍODO DE 3 ANOS - PD Nº. 2-SIMAS/2023**
- 28 - PROPOSTA Nº. 41/23 - DP - CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DA CAFETARIA LOCALIZADA NO TEMPLO DA POESIA - PARQUE**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

DOS POETAS, COM A SOCIEDADE COLIBRI DOURADO, UNIPESSOAL, LDA.

- 29 - PROPOSTA Nº. 42/23 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA DR. VÍTOR SÁ MACHADO, Nº. 8, R/C, BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 30 - PROPOSTA Nº. 43/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO GOMES LEAL, Nº. 9, 3º. DTº., BAIRRO DE S. MARÇAL, EM CARNAXIDE**
- 31 - PROPOSTA Nº. 44/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA AZEREDO PERDIGÃO, Nº. 3, R/C DTO., BAIRRO DO POMBAL**
- 32 - PROPOSTA Nº. 45/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 4 A, BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA**
- 33 - PROPOSTA Nº. 46/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA FRANCISCO MANUEL DE MELO, Nº. 26, 1º. ESQº. RETAGUARDA, BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA**
- 34 - PROPOSTA Nº. 47/23 - DPE - EMPREITADA “39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL” - APROVAÇÃO DA 11ª. REVISÃO DE PREÇOS**
- 35 - PROPOSTA Nº. 48/23 - GMA - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 3º. TRIMESTRE DE 2022, DA MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.**
- 36 - PROPOSTA Nº. 49/23 - GMA - RELATÓRIO DO 1º. SEMESTRE DE 2022, DA PARQUES TEJO, E.M.**
- 37 - PROPOSTA Nº. 50/23 - GMA - RELATÓRIO E CONTAS 1º. E 2º. TRIMESTRE 2022”, “RELATÓRIO E CONTAS 1º. SEMESTRE 2022, DA OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.**
- 38 - PROPOSTA Nº. 53/23 - UPAG - REEMBOLSO DA PERPETUIDADE DO JAZIGO MUNICIPAL Nº. 1169, 4º. PISO**

- 39 - PROPOSTA Nº. 54/23 - DP - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE PARTE DELIMITADA DO MERCADO MUNICIPAL DE PAÇO DE ARCOS**
- 40 - PROPOSTA Nº. 55/23 - DCH - EMPREITADA “67/DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II - PORTO SALVO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**
- 41 - PROPOSTA Nº. 56/23 - DP - ADENDA AO CONTRATO Nº. 309/2020, DE 08/06/2020 E À LICENÇA DE USO PRIVATIVO DE 14/01/2022, DECORRENTE DA FUSÃO POR INCORPORAÇÃO DE SOCIEDADES COMERCIAIS**
- 42 - PROPOSTA Nº. 57/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AVENIDA DOS CAVALEIROS, Nº. 18, 2º. A, BAIRRO OUTURELA/PORTELA**
- 43 - PROPOSTA Nº. 58/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA JOAQUIM MATIAS, Nº. 46, R/C, BAIRRO DA RIBEIRA DA LAGE**
- 44 - PROPOSTA Nº. 59/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO NKO - NÚCLEO DE KARATÉ DE OEIRAS**
- 45 - PROPOSTA Nº. 60/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CRESCER SER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DOS MENORES E DA FAMÍLIA / CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO “CASA DO PARQUE”**
- 46 - PROPOSTA Nº. 61/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTELLECTUAL - ANDDI - PARA APOIO AOS CAMPEONATOS DA EUROPA DE SÍNDROME DOWN SUDS -ITÁLIA 2023**
- 47- PROPOSTA Nº. 62/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A DIVERSAS ENTIDADES PARA APOIO À DESLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TÁXI**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

- 48 - PROPOSTA Nº. 63/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS**
- 49 - PROPOSTA Nº. 64/23 - SMPC - AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DAS PROPINAS RELATIVAS À FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA - ANO LETIVO 2022/2023, MESES DE JANEIRO A MAIO INCLUSIVE**
- 50 - PROPOSTA Nº. 65/23 - DPOC - RECONHECIMENTO DA CONCESSÃO DA REDUÇÃO DE 25% DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), APLICÁVEL PARA PRÉDIOS URBANOS COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**
- 51 - PROPOSTA Nº. 66/23 - DPU - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DO ALTO DA BOA VIAGEM - AJUSTAMENTO AO ARTIGO 33º. DO REGULAMENTO P1/2010/143 - FOZ DO TEJO - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO**
- 52 - PROPOSTA Nº. 67/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO “A JUNÇÃO”, PARA REALIZAÇÃO DE CONCERTO DE LANÇAMENTO DE ÁLBUM COMEMORATIVO DOS 40 ANOS DE CARREIRA DE PEDRO DE FARO**
- 53 - PROPOSTA Nº. 68/23 - UPGO - Pº. 2021/43-DEM - “PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA - REQUALIFICAÇÃO” - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SENHOR PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA**
- 54 - PROPOSTA Nº. 69/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 1ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 55 - PROPOSTA Nº. 70/23 - DFP - REGULAMENTO DE CONSTITUIÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO E FUNDOS FIXOS DE CAIXA**
- 56 - PROPOSTA Nº. 71/23 - DGF - FUNDOS DE MANEIO E FUNDOS FIXOS DE CAIXA PARA 2023**

- 57 - PROPOSTA Nº. 72/23 - DPE - COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA NOVA MORADA - IMPLEMENTAÇÃO DE BANCADA RETRÁTIL EM SALA POLIVALENTE - CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA Nº. 343/2022 - DESCABIMENTAÇÃO DE VERBA SOBRANTE**
- 58 - PROPOSTA Nº. 73/23 - DPU - REQº. 12579/2022 APENSO AO PROCº. 2516/1987 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO SOLICITADO POR ALEGRO ALFRAGIDE - GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE CENTROS COMERCIAIS, S.A.**
- 59 - PROPOSTA Nº. 74/23 - DRU - ARU DE BARCARENA - APROVAÇÃO DA RESPETIVA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) ENQUADRADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BARCARENA - ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1025/22**
- 60 - PROPOSTA Nº. 75/23 - DOT - DECLARAÇÃO DE NÃO CADUCIDADE DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS E EXTENSÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO ATÉ 7 DE JUNHO DE 2023**
- 61 - PROPOSTA Nº. 76/23 - DOT - DECLARAÇÃO DE NÃO CADUCIDADE DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR EMPRESARIAL DE PAÇO DE ARCOS E EXTENSÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO ATÉ 7 DE MAIO DE 2023**
- 62 - PROPOSTA Nº. 77/23 - DOT - PLANO DE PORMENOR EMPRESARIAL DE PORTO SALVO - REINÍCIO DO PROCEDIMENTO**
- 63 - PROPOSTA Nº. 78/23 - DOT - PLANO DE PORMENOR NORTE DE PAÇO DE ARCOS - REINÍCIO DO PROCEDIMENTO**
- 64 - PROPOSTA Nº. 79/23 - SIMAS - 1ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DAS RECEITAS CORRENTE E CAPITAL E REAJUSTAMENTOS CABIMENTAIS E COMPROMISSOS TRANSITADOS DE 2022 - PD Nº. 15-SIMAS/2023**



Câmara Municipal
de Oeiras

65 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO AO PROFESSOR JOÃO

LUÍS CARDOSO

66 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2023 -----

-----ATA NÚMERO DOIS/DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Arquiteto Duarte D'Araújo Jorge Cardoso da Mata e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

----- Faltou a Senhora Vereadora Doutora Susana Isabel Costa Duarte, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e vinte e sete minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata.-----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número trinta, de dois mil e vinte e dois, de vinte e um de dezembro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Ana Filipa Laborinho. -----

-----Não participou na votação o Senhor Vereador Duarte da Mata, por não ter estado presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de dezasseis de janeiro de dois mil e vinte e três a vinte e dois de janeiro de dois mil e vinte e três, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e três, constatando-se um saldo orçamental positivo de trinta e cinco milhões quinhentos e vinte mil cento e sessenta e cinco euros. -----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número dezasseis, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Repúdio aos ataques antidemocráticos à República Brasileira, apresentado pelo Grupo Político Municipal do EO, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, repudiar o ataque às instituições democráticas brasileiras decorridas a oito de janeiro de dois mil e vinte e três.-----

-----Número dezassete, remetendo cópia da deliberação sobre Recomendação - Por um melhor serviço aos Municípes, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PAN, na qual



Câmara Municipal
de Oeiras

deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo dois do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, com dez votos contra, sendo nove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e com doze abstenções, sendo sete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, duas da Coligação Democrática Unitária, uma do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, uma do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e uma do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a criação de uma comissão de acompanhamento e aperfeiçoamento da implementação do serviço de transportes da Carris Metropolitana no Concelho.-----

----- Número dezoito, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Pesar pelo falecimento de Alcídio Monteiro, funcionário da Câmara Municipal de Oeiras, apresentado pela Assembleia Municipal, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Alcídio Monteiro, funcionário da Câmara Municipal de Oeiras, prestando-lhe homenagem com um minuto de silêncio, bem como comunicar este voto à família, realizando uma publicação no sítio da Assembleia e em, pelo menos, um jornal diário de expansão nacional. -----

----- Número dezanove, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número

mil duzentos e vinte e um, de dois mil e vinte e dois - GAP - Regulamento de Apoio Extraordinário à Recuperação da Atividade dos Operadores Económicos Afetados pelas Intempéries de Dezembro de dois mil e vinte e dois - Aprovação do Projeto, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar o projeto de Regulamento de apoio extraordinário à recuperação da atividade dos operadores económicos afetados pelas intempéries de dezembro de dois mil e vinte e dois, sem realização de consulta pública.-----

-----Número vinte, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número mil cento e oitenta e seis, de dois mil e vinte e dois - DOTPU - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Algés, Cruz Quebrada e Dafundo, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a Área de Reabilitação Urbana de Algés, Cruz Quebrada e Dafundo.-----

-----Número vinte e um, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número



Câmara Municipal
de Oeiras

mil cento e cinquenta e seis, de dois mil e vinte e dois - DOT - Adesão do Município à Foodlink - Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, na qual deliberou, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a adesão do Município à FoodLink - Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Número vinte e dois, dando conhecimento que na reunião de dez de janeiro de dois mil e vinte e três, a proposta de deliberação número mil cento e setenta e dois, de dois mil e vinte e dois - GAF - Anulação de cabimento - Deliberação de Câmara número quinhentos e oitenta e um, de dois mil e vinte e dois - Atribuição de subsídio à União as Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, foi retirada.-----

----- Número vinte e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número mil cento e setenta e três, de dois mil e vinte e dois - GAF - Atribuição de subsídio à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias para apoio ao encargo decorrente do espetáculo de fogo de artifício de encerramento das Festas do Senhor Jesus dos Navegantes, na qual deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um

do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com um voto contra do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no valor de doze mil quinhentos e quarenta e três euros, destinado a apoiar o encargo com o fogo de artifício lançado no encerramento das Festas do Senhor Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos. -----

-----Número vinte e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número mil cento e setenta e seis, de dois mil e vinte e dois - DCS - União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e Junta de Freguesia de Barcarena - Atribuição de comparticipação financeira para apoio ao funcionamento dos Gabinetes de Enfermagem, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Barcarena no valor de doze mil euros, destinada a apoiar a manutenção do funcionamento do Posto de Enfermagem de Barcarena;-----

-----A atribuição de uma comparticipação financeira à União de Juntas de Freguesia de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no valor de dez mil duzentos e sessenta e três euros e trinta e um cêntimos, destinada a apoiar a manutenção do funcionamento do Posto de Enfermagem de Caxias;-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A atribuição de uma comparticipação financeira à União de Juntas de Freguesia de Carnaxide e Queijas no valor de vinte e quatro mil euros, destinada a apoiar a manutenção do funcionamento do Posto de Enfermagem de Queijas. -----

----- A minuta dos contratos de comparticipação financeira.-----

----- Número trinta e três, remetendo cópia da deliberação sobre Pesar pelo Falecimento de Sua Santidade o Papa Bento Dezasseis, apresentado pelo Grupo Político Municipal do Chega, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com vinte e oito votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, manifestar o seu pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Bento Dezasseis e transmitir as mais profundas condolências aos seus familiares, amigos e a todos os católicos bem como que seja dada a devida importância com a publicação num jornal oficial da CMO e ao Patriarcado de Lisboa. ---- -----

----- Número trinta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre voto de pesar pelo falecimento de Shintaro Yokochi, apresentado pelo Grupo Político Municipal do INOV e subscrito por todos os Grupos Políticos da Assembleia Municipal, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político

Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Shintaro Yokochi, prestando-lhe homenagem com um minuto de silêncio em sua memória, bem como comunicar este voto à família e amigos, ao Sport Algés e Dafundo, à Federação Portuguesa de Natação, ao Comité Olímpico de Portugal e a sua publicação no sítio da Assembleia e, em pelo menos, um jornal diário de expansão nacional. -----

-----Número trinta e cinco, remetendo cópia da deliberação sobre proposta de Recomendação - “Oeiras às Cores”, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PSD, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras a implementação do sistema Color ADD nos diversos espaços de atendimento ao público, escolas e equipamentos camarários, bem como sensibilizar os parceiros da Câmara Municipal de Oeiras em aplicar este mesmo sistema junto das suas comunidades.-----

-----Número trinta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre proposta de Recomendação relativa à criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento dos apoios financeiros atribuídos aos operadores económicos, associações e coletividades e cidadãos individuais, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PS e subscrita por todos os Grupos Políticos da Assembleia Municipal excetuando o Partido Chega, na qual deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do



Câmara Municipal
de Oeiras

Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, recomendar a criação de uma comissão eventual de acompanhamento dos apoios financeiros atribuídos aos operadores económicos, associações e coletividades e cidadãos individuais, bem como que desta deliberação seja dado conhecimento no site da Assembleia Municipal, e no órgão de comunicação do Município de Oeiras.-----

----- Número trinta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre Recomendação relativa à identificação eletrónica e registo dos gatos das colónias do Município de Oeiras, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PAN, na qual foi rejeitado, por maioria, com vinte e três votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, um do Grupo Político Municipal Inovar Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com catorze votos a favor, sendo quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal.-----

----- Número trinta e oito, dando conhecimento que na reunião de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, apreciou a proposta de deliberação número mil cento e oitenta e cinco, de dois mil e vinte e dois - GAEP - «Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima» - Relatório trimestral de execução Orçamental - Segundo trimestre, informação económico financeira do primeiro semestre de dois mil e vinte e dois.-----

----- Número trinta e nove, dando conhecimento que na reunião de dezassete de janeiro de

dois mil e vinte e três, apreciou a proposta de deliberação número mil cento e noventa e um, de dois mil e vinte e dois - GAEP - Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima - Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e três. -----

-----Número quarenta, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número mil duzentos e nove, de dois mil e vinte e dois - DTGE - Circo Vítor Hugo Cardinali - Isenção do pagamento de taxas relativas ao aluguer, colocação, retirada e higienização de equipamento de deposição de resíduos urbanos, na qual deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com oito votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a isenção do pagamento de taxas referentes ao pedido de colocação de equipamento de deposição de resíduos urbanos (designadamente aluguer, colocação, retirada e higienização do equipamento), de recolha de resíduos urbanos e a deposição de vinte e duas toneladas de resíduos na TratoLixo, no valor de quatro mil setecentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos, ao Circo Vítor Hugo Cardinali. -----

-----Número quarenta e um, dando conhecimento que na reunião de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, que a proposta de deliberação número seiscentos e quarenta, de dois mil e vinte e dois - DGP - Proposta de abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Património (Divisão de Planeamento) - Nova remessa, foi retirada. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Número quarenta e dois, dando conhecimento que na reunião de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, que a proposta de deliberação número seiscentos e quarenta e um, de dois mil e vinte e dois - DGP - Proposta de abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo (DPOC) - Nova remessa, foi retirada. -----

----- Número quarenta e três, dando conhecimento que na reunião de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, que a proposta de deliberação número seiscentos e quarenta e dois, de dois mil e vinte e dois - DGP - Proposta de abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira (DGF) - Nova remessa, foi retirada. -----

----- Número quarenta e quatro, dando conhecimento que na reunião de dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, que a proposta de deliberação número seiscentos e quarenta e três, de dois mil e vinte e dois - DGP - Proposta de abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Contratação Pública (DCP) - Nova remessa, foi retirada. -----

5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra o seguinte munícipe: -----

----- O **Primeiro** que disse: -----

----- “A minha presença aqui tem a ver com o facto de ser funcionária da Câmara e de morar numa habitação camarária, no Bairro do Pombal, que, neste momento, está num estado lastimável e há um ano que eu ando a tratar da minha situação e da minha casa, porque a minha caixa do correio é vandalizada e retirada a correspondências dos médicos, do tribunal, inclusivamente há um ano, falhei uma audiência, no dia nove de junho, porque não recebi a carta do Tribunal. -----

-----Neste mês de janeiro, faz agora um ano, recebi uma chamada que tinha que pagar mil e oitenta euros, se não ia presa, paguei nessa altura, fiquei mal, não tive dinheiro para pagar mais nada. -----

-----Já fui várias vezes à Habitação, porque também põem todo o lixo possível e imaginável à minha porta. -----

-----Já falei várias vezes da minha casa, já lá foram e tiraram fotografias e eu tenho um filho com dez anos que tem vários problemas respiratórios, tem asma, fui com ele para a urgência saí de lá com um relatório médico que apresentei na Câmara. -----

-----Já pedi para me mudarem para o outro bairro onde eu estava antes, eu morei quinze anos no Bairro Moinho das Rolas, e nunca fui à habitação reclamar de nada, mas desde que estou neste bairro, há cinco anos, não faço outra coisa do que reclamar e eu só peço que me ajudem. ---

-----Em relação ao meu Serviço, eu faltei a uma consulta da ADSE no dia trinta e um de agosto, porque não recebi a correspondência e estou com um processo disciplinar por causa disso, estão constantemente a prejudicar-me a minha vida e a situação da minha casa que está num estado lastimável.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** questionou o seguinte: -----

-----“Senhor Vereador Nuno Neto conhece o assunto? -----

-----Já visitou alguma vez esta habitação?”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte:-----

-----“Eu falei agora com esta Senhora aqui à porta e conheço a situação.-----

-----Há uma situação de conflitualidade entre vizinhos, que nós, Câmara Municipal, somos alheios. -----

-----A casa apresenta algumas patologias, eu fiquei de visitar a casa da Senhora na quinta-feira, portanto, a situação é conhecida, houve um problema há muito pouco tempo de um vazamento de um cano de uma banheira do andar por cima da Senhora e essa é a questão que está



Câmara Municipal
de Oeiras

pendente de resolução e de manutenção por parte da Câmara Municipal. -----

----- Tenho aqui o relatório dos técnicos à minha frente, não se trata de assunto que careça da intervenção municipal, ainda assim, eu irei na quinta-feira depois de almoço visitar a casa da Senhora para verificar as situações.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** concluiu: -----

----- “O Senhor Vereador Nuno Neto vai visitar a sua casa para ver as reparações necessárias, porque tem vários problemas, mas aqui já não consigo resolver mais, por isso terá que aguardar a visita do Senhor Vereador Nuno Neto.” -----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA: -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Rocha** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- “No dia quinze de janeiro, estive presente na Festa de Santo Amaro, no Bairro do Pombal, o que me apraz dizer é que todos nós nascemos com a nossa matriz biológica, que é genético, é passado pelo pai e pela mãe e depois a nossa matriz cultural, que é tudo aquilo que nós adquirimos com a nossa vivência. -----

----- O que é interessante nestas festas de cariz popular, onde eu vou e tenho muito prazer em ir nestes bairros municipais, é que é muito interessante perceber que o território de Oeiras aceita e abraça todos aqueles que cá vivem e o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora Teresa Bacelar também estiveram lá e, na verdade, aquilo é uma festa cabo-verdiana que se passa aqui no nosso território e não hajam dúvidas que quanto maior é a aceitação para onde as pessoas vão viver, menor são os conflitos que depois possam existir, foi muito interessante ver esta festividade e convido todos os que puderem a estar presentes à medida que elas vão existindo, apareçam para verem aquilo que eu estou a dizer. -----

----- Sobre a primeira pedra do Alto da Montanha, que aconteceu ontem e que contou com a presença do Primeiro Ministro, tivemos cerca de mil e seiscentas pessoas que viram esta cerimónia através de dispositivos móveis, mas mais importante do que isto é que ouvi muitas,

mas mesmo muitas pessoas a falar da emoção de ser a primeira pedra do edifício. -----

-----Gostava de substituir a palavra emoção pela palavra urgência, é que eu já recebi cerca de duzentas pessoas que precisam de casa, que vivem em condições económicas e sociais muito debilitadas e mais do que a emoção é a urgência em fazer este tipo de habitação. -----

-----Estava lá e estava a imaginar e consigo mesmo imaginar as pessoas que eu recebo a viver naquele espaço e depois foi muito interessante que, a dada altura, o nosso Primeiro Ministro numa brincadeira com o nosso Presidente disse que sabia muito bem o que era isto do Poder Local, de ser autarca e até deu esta analogia que eu achei alguma piada, que é o pormenor de uma pessoa que vive na rua, debaixo de um candeeiro, em que a lâmpada se funde, é uma emoção poder trocar aquela lâmpada para que aquela pessoa que vive na rua tenha um sentido de segurança, mas mais emoção é pegar numa pessoa que vive na rua e dar-lhe uma casa, isso sim, não sei se a analogia que o Senhor Primeiro Ministro pensou, acho que foi ali no decorrer daquela emoção, naquele momento, mas bom é que quem esteja na rua sejam pessoas que desejam estar na rua. -----

-----Foi uma emoção, sim senhor, mas vamos substituir por uma urgência, a palavra certa é urgência e foi uma bonita cerimónia.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO: -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** informou a Câmara do seguinte: -----

-----“Começo por dar nota de um reunião para a qual tive o prazer de ser convidado, no passado dia catorze de janeiro, com a Associação de Moradores Dezoito de Maio, estavam presentes, se não todos, pelo menos, quase todos os moradores do bairro e foi um momento importante, porque ao fim de trinta e muitos anos conseguimos concluir um processo de regularização dos terrenos, dos lotes e estamos finalmente em condições de escriturar as casas a favor de cada um dos seus habitantes. -----

-----Foi uma assembleia geral que eu acredito que tenha tido a mesma emoção daquelas



Câmara Municipal
de Oeiras

que se faziam no tempo do SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local, que é a origem deste bairro e quero aqui transmitir aquele que foi o sentimento de agradecimento de todos aqueles munícipes e também porque me pediram para agradecer ao Senhor Presidente o empenho que teve na resolução deste assunto ao fim de todos estes anos. -----

----- - No dia quinze de manhã, estive no Programa Olha a SIC, divulgando algumas das medidas de política animal no Concelho, é uma presença que já tem sido regular. -----

----- - Tenho estado a acompanhar com alguma proximidade a situação do Jardim Municipal de Oeiras que na sequência das cheias ficou destruído, existem uma série de equipamentos lá, incluindo o Centro de Apoio Animal que é um equipamento muito utilizado por um grande número de cuidadoras, que prestam um serviço muito importante no âmbito dos animais de rua. -----

----- - Referir-me também à cerimónia de ontem do lançamento da primeira pedra, há muitos anos que eu não assistia à presença simultânea no Concelho de Oeiras de tão grande número de elementos do Governo, estávamos aqui praticamente em reunião de Conselho de Ministros, Senhor Primeiro-Ministro, Senhora Ministra Mariana Vieira da Silva, Senhora Ministra Marina Gonçalves, dois Secretário de Estado, se não me engano, Senhora Presidente do IRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, o Senhor Primeiro-Secretário da AML - Área Metropolitana de Lisboa, a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo representada. -----

----- Foi um momento muito especial para Oeiras, mas também para a Área Metropolitana e para o País, tratando-se do primeiro grande empreendimento construído de raiz, no âmbito do PRR, a ser lançado. -----

----- É um desafio muito grande, eu registei uma frase que disse o Senhor Presidente da Câmara no seu gabinete uns dias antes, parece que estamos outra vez no espírito do PER e foi isso que eu senti, estamos de volta, estamos com muita força e estamos muito empenhados nesta

nova fase da habitação pública, queremos que seja um sucesso. -----

-----Preciso de agradecer o envolvimento de todos quantos estiveram envolvidos na preparação da cerimónia, mas especialmente no conteúdo da cerimónia, como seja o Departamento de Habitação em especial que tem acompanhado como ninguém este processo de construção da nova habitação, a nova fase.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

-----O Senhor Vereador Pedro Patacho prestou à Câmara as seguintes informações: ---

----- “No dia onze de janeiro, teve lugar mais um Nómadas do Pensamento, mantenham-se atentos, participem nas atividades da Divisão de Bibliotecas e Promoção da Língua. -----

----- - Dia dezasseis, estive presente na reunião da Comissão de Acompanhamento da Jornada Mundial da Juventude juntamente com os representantes da Câmara Municipal de Lisboa e de Loures e de mais representantes de vários ministérios e da Diocese de Lisboa, precisamente para fazer um ponto de situação sobre a organização das Jornadas Mundiais da Juventude.- -----

----- - No dia dezassete, em representação do Senhor Presidente e na impossibilidade também do Senhor Vice-Presidente ter estado presente, uma reunião da Secção Cidades Inteligentes, da Associação Nacional de Municípios. -----

----- - No dia dezoito, teve lugar no nosso Concelho o Corta-mato Escolar Concelhio no Vale do Jamor. -----

----- - No dia dezoito, tive oportunidade de tomar contacto com o Projeto Barra no Centro Social e Paroquial de São Julião da Barra, através do Centro Comunitário, que tem estado a prestar apoio educativo a muitas crianças e jovens daquela área do nosso território, num projeto muitíssimo bem organizado e integrará a rede de Centros de Apoio ao Estudo, apoiados pelo Município. -----

-----Também no dia dezoito, a estreia da peça Ruy História de Vida, uma homenagem a



Câmara Municipal
de Oeiras

um dos maiores atores portugueses de sempre e aproveito a ocasião para dar os parabéns ao Taguspark pela nova vida e dinâmica que está a implementar no Parque de Ciência e Tecnologia, a Cidade do Conhecimento. -----

----- - Dia vinte e um foi apresentado o trigésimo primeiro volume do Estudo Arqueológico Comemorativo dos Cinquenta Anos de Estudos Arqueológicos de Oeiras, uma sessão na qual podemos viajar ao passado e tomar contacto com aquilo que foi a consistência do trabalho, do único Centro de Estudos Arqueológicos ininterruptamente ativo há mais anos em Portugal e computação científica também ininterrupta no contexto de uma Câmara Municipal. ---

----- - No dia vinte e um, assisti a um concerto coral promovido pela Academia Recreativa de Linda-a-Velha, também no auditório Ruy de Carvalho, os TuneUp Voices, com muita qualidade e muito interesse.-----

----- - No dia vinte e três, teve lugar o octogésimo terceiro aniversário da Faculdade de Motricidade Humana onde estive com o magnífico Reitor da Universidade de Lisboa, o Presidente da Escola em representação do Senhor Presidente. -----

----- - Associar-me também a tudo aquilo que já foi dito sobre a cerimónia de lançamento da primeira pedra do Programa Habitacional ontem e a satisfação que sentimos todos, parece que se está a desenhar um novo ímpeto para as políticas de habitação em Portugal e o papel relevante mais uma vez que Oeiras tem nessa matéria. -----

----- - Há um pedido de informação da Senhora Vereadora Carla Castelo que ficou, digamos assim, dispersa no meu gabinete e que eu inadvertidamente ignorei sem me aperceber durante algumas semanas e eu para não perder mais tempo queria prestar essa informação aqui, foi na ocasião daquela situação na Escola Camilo Castelo Branco, a Senhora Vereadora Carla Castelo perguntava se a Câmara tinha sido informada sobre a redução da presença da PSP Escola Segura na Escola e que medidas tomou a Câmara para a manutenção da Escola Segura na área de influência deste estabelecimento de ensino.-----

-----Estas questões partem de um equívoco, não há redução da presença da PSP Escola Segura no nosso território, o Programa Escola Segura continua em funcionamento, como sempre esteve em funcionamento, cumprindo as diretrizes do Comando Nacional para o funcionamento da Escola Segura, tem carros afetos, tem agentes afetos, visita todas as escolas, realiza as suas ações de sensibilização, não há redução, portanto, a Câmara, esta questão também parte de um equívoco, não tomou medida nenhuma, porque não tem que tomar medida nenhuma. -----

-----A Câmara tem reunido com regularidade, quer eu enquanto Vereador, quer a Diretora de Departamento de Educação com a Senhora Comandante da PSP de Oeiras, a Comandante Neri e com a Coordenadora do Programa Escola Segura, nessas reuniões têm participado com frequência também Diretores de Agrupamentos de Escolas e vamos tomando contacto com o funcionamento do programa, às vezes fazendo ajustes aqui e acolá, quando é necessário um reforço das ações de sensibilização ou de patrulhamento nalguma escola e tudo corre sobre rodas.

-----Que medidas preventivas, pondera a Câmara Municipal de Oeiras, tomar em articulação com as autoridades para evitar que se repitam episódios de vandalismo?-----

-----No próprio relatório da PSP e em declarações públicas da própria polícia na reunião de esclarecimento para a comunidade educativa que teve lugar na Escola Camilo Castelo Branco foi dito pela própria PSP que nunca uma coisa destas se verificou, não tem memória de se ter verificada na região e no País, não é só uma questão de Oeiras, consideram o episódio excecional, circunscrito um conjunto de circunstâncias particulares, houve jovens que entretanto foram identificados, há um processo que está a decorrer.-----

-----De todo o modo, já começámos a trabalhar com a Polícia Municipal no sentido de fazer uma avaliação das condições de todas as escolas, verificar se está na posse da Polícia Municipal o acesso à entrada principal de cada uma das escolas, verificar a situação dos alarmes que existem numas escolas, mas que não estão a funcionar bem noutras, não existem nalgumas a sua ligação às centrais de alarme, a centralização disso tudo na Polícia Municipal, é um trabalho



Câmara Municipal
de Oeiras

que estamos a fazer com a Direção da Polícia Municipal. -----

----- - Gostava ainda de dizer o seguinte, eu tive a oportunidade de ler a declaração de voto da Senhora Vereadora Carla Castelo, aquando da última reunião em que votámos a proposta da nova Carta Educativa para o Concelho de Oeiras. -----

----- Eu devo dizer que fiquei tão atónito e surpreendido na reunião com o sentido de voto do Evoluir Oeiras que até demorei dois ou três minutos a ter reação e depois como a reunião acabou já não houve reação, mas fiquei à espera da declaração de voto e lia com muita atenção e gostava agora de reagir rapidamente, porque, de facto, fiquei atónito. -----

----- Aponta-se que na documentação não se faz menção aos investimentos previstos que foi uma coisa que foi corrigida, foi adicionada à informação, à proposta de deliberação e eu informei na reunião de Câmara, nas respostas à Senhora Vereadora do Partido Socialista que o investimento previsto de cento e vinte e seis milhões de euros de investimento repartido entre o Município e a Administração Central e Fundos Comunitários, de acordo com aquilo que são os programas que estão previstos de reabilitação do parque escolar, quer nossos, quer do Ministério da Educação. -----

----- Depois o Evoluir Oeiras considera a discussão que se diz que foi ampla, afinal foi bastante reduzida, a discussão foi aquela que foi e eu aí acho que é importante separar as oportunidades e as ferramentas para discutir e a criação de oportunidades para as pessoas se envolverem e participarem e a vontade individual de cada um de querer envolver-se e de querer participar ou não querer, de achar que é importante ou não é, de achar que tem tempo ou não tem, de querer implicar-se ou não querer. -----

----- Eu creio que não é justo nem é correto, porque nós não podemos paternalizar as pessoas e andar atrás delas a empurrá-las, vai lá participar. -----

----- Eu queria que o Evoluir Oeiras reconhecesse que existiram muitas oportunidades de participação, infelizmente a participação não foi a que todos nós, também eu e o Senhor

Presidente e os Serviços que estiveram envolvidos, gostaríamos que fosse, foi aquela que foi possível nas circunstâncias que existiram. -----

-----Depois diz também que há poucas referências ao investimento na atividade em crescimento curricular, apoios sociais, refeições escolares, ora, isto é confundir uma coisa com outra coisa, porque isto não é Carta Educativa, portanto, a Carta Educativa é o planeamento prospetivo da rede de equipamentos educativos para servir um determinado conjunto de projetos educativos que estão em curso nas escolas e uma intencionalidade educativa.-----

-----Outra coisa diferente, é o conjunto de atividades de enriquecimento escolar de apoios sociais, etc., que não fazem parte da Carta Educativa e, nessa matéria, há muita atividade de enriquecimento curricular.-----

-----O Senhor Vereador Duarte da Mata não sei se sabe, mas a Câmara Municipal de Oeiras investe acima de duzentos mil euros por ano em cima daquilo que é a dotação do Orçamento de Estado para o funcionamento das atividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo e além disso, tem um programa vastíssimo de atividades de enriquecimento curricular para todos os níveis de ensino até ao décimo segundo ano, portanto, fiquei, de facto, atónito, porque nem sequer é uma questão de justiça, não é correto, não é verdade aquilo que está aqui dito. -- -----

-----Depois faz uma última referência à questão dos Censos de dois mil e onze, eu pensei que essa questão tinha ficado resolvida, porque na última reunião de Câmara, eu também expliquei que nós próprios ponderámos essa situação, não quisemos travar a Carta Educativa porque neste momento Oeiras não tem Carta Educativa, tinha uma de dois mil e cinco, terminou a sua vigência em dois mil e quinze, não tem Carta Educativa, portanto, ponderámos isso, achámos que era de não parar, avançar com o processo e assumimos o compromisso, assumi esse compromisso na última reunião, porque também nós entendemos, não podemos travar o processo, mas depois de aprovada e homologada a Carta Educativa, temos que voltar atrás,



Câmara Municipal
de Oeiras

analisar os dados dos Censos de dois mil e vinte e um, ver para que é que apontam, cruzar isso com os instrumentos de planeamento e ordenamento do território e aquilo que são as dinâmicas urbanísticas em curso e se daí resultarem conclusões que apontem para alterações, em colaboração convosco encetarmos um processo de pedido de revisão da Carta Educativa.-----

----- Aliás, empenhei-me tanto nisso que até fiz questão, até para conforto da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho e da Senhora Vereadora Susana Duarte que até pedi ao Senhor Presidente para ser aditada à proposta de deliberação uma declaração de compromisso de que era mesmo assim e que íamos fazer isso porque percebíamos, portanto, estas questões, estas ponderações e tínhamos, de facto, que verificar a situação. -----

----- Não para conforto do Evoluir Oeiras e essa é mais uma do meu espanto, porque isto foi discutido em três reuniões, na primeira reunião, o Senhor Vereador Duarte da Mata declarou que a orientação de voto do Evoluir Oeiras iria ser a favor e não tinha nada a dizer, na reunião seguinte esteve a Senhora Vereadora Carla Castelo e não deu nenhuma indicação de que a orientação de voto que o Senhor Vereador já tinha enunciado na reunião anterior ia ser diferente, de maneira que, eu empenhei-me muito nessa matéria, falei com a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, falei com a Senhora Vereadora Susana Duarte e pedi ao Senhor Presidente para elaborar esta declaração numa demonstração clara de abertura de pluralismo e de querer agregar a vontade de todos em torno da Carta Educativa, não me preocupei com o Evoluir Oeiras, porque já tinha declarado o seu voto a favor, eis então que a Senhora Vereadora Carla Castelo na reunião anterior, declara abster-se, mudando o sentido de orientação de voto que o Senhor Vereador Duarte da Mata já tinha enunciado duas reuniões antes e que a própria Vereadora não tinha dado indicação nenhuma em contrário na reunião a seguir. -----

----- Eu não sei o que dizer, portanto, queria só expressar o meu espanto, a estupefação, porque não sei o que dizer.” -----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

-----“Começando pelo falecimento do nosso trabalhador Alcídio Monteiro, dizer que dia doze de janeiro, reunimos com a Autoridade para as Condições de Trabalho, está a ser feita ainda troca de informação relativamente à investigação que, de imediato, foi desenvolvida pela Unidade de Saúde e Segurança no Trabalho e respondendo também aqui diretamente ao Senhor Vereador Duarte da Mata no seguimento do pedido da Senhora Vereadora Carla Castelo para ter acesso à conclusão desse processo de investigação. -----

-----Ainda não está concluído, já foi feita a parte interna da Câmara, neste momento, há ainda o diálogo com as instituições oficiais sobre esta matéria e em paralelo está a decorrer um inquérito disciplinar para apurar, se houve algum ilícito disciplinar que, como sempre, será disponibilizado para os Senhores Vereadores em reunião de Câmara após a sua conclusão. -----

-----Relativamente ao apoio extraordinário aos empresários, essencialmente de Algés, Paço de Arcos e Oeiras, no âmbito do Regulamento que foi aprovado, dar nota de que já no dia seis de janeiro, ainda antes da aprovação do Regulamento na Assembleia Municipal, foram contactados uma vez mais telefonicamente todos os empresários que estavam na lista de levantamento de campo e dialogado com todos, cerca de cento e cinquenta de grosso modo. -----

-----No dia dez de janeiro, foi aprovado o Regulamento na Assembleia Municipal. -----

-----A treze, foi remetido um email de explicação referente à abertura das candidaturas e os procedimentos a executar.-----

-----No dia dezassete de janeiro, foi publicado o Regulamento de Apoio Extraordinário à Recuperação das Atividades Operadores Económicos afetados pelas intempéries de dezembro. --

-----Ora, desde o dia dezasseis de janeiro, o Gabinete de Assessoria Técnica e Promoção do Investimento está a centralizar essa receção, recebeu até agora apenas onze candidaturas incompletas, ainda está a ser processada a documentação vária, dezasseis delas foram atendidas



Câmara Municipal
de Oeiras

presencialmente e por telefone mais trinta e cinco pedidos de esclarecimento, todas as candidaturas estão a ser analisadas, havendo uma metodologia única entre o GAPTI, o Gabinete Municipal de Auditoria e a Direção de Gestão Financeira como manda todo o Regulamento aqui aprovado, este é o ponto de situação sobre isso.-----

----- - Tendo em conta que estamos em janeiro, apenas referir que relativamente à atividade do ano anterior, no que diz respeito à Unidade de Saúde e Segurança no Trabalho, a Divisão do Promoção Socioprofissional e também a Divisão de Recursos Humanos, as consultas de Medicina no Trabalho passaram de dois mil cento e vinte e três, em dois mil e vinte e um para dois mil trezentos e vinte e uma, com uma variação de oito a oito vírgula cinco por cento.-----

----- As consultas de nutrição também subiram dezanove vírgula cinquenta e cinco por cento e as funções de massagem terapêutica que ainda não existiam, estão agora em dois mil e vinte e dois com setecentas e oito consultas de massagem.-----

----- Relativamente aos acidentes de trabalho, em dezembro estavam ativos sessenta e seis episódios, num total de vinte registados nesse mês. -----

----- Em dois mil e vinte e um no período homólogo, mais setenta e oito episódios num total de treze registados nesse mês em análise e, neste momento, segundo as contas que estão a ser apuradas em dois mil e vinte e um tivemos dezassete mil quatrocentos e três dias perdidos por acidentes de trabalho, no ano dois mil e vinte e dois alegadamente poderemos ter baixado, vamos ainda apurar os números, mas vamos em dezasseis mil quinhentos e cinquenta e oito, ou seja, comparando os períodos homólogos em dois mil e vinte e dois registaram-se menos oitocentos e quarenta e cinco dias perdidos por acidentes de trabalho.-----

----- Dar nota também que, no âmbito da formação, em valores globais foram dadas vinte e quatro mil cento e oitenta e quatro horas de formação interna e externa.-----

----- Relativamente aos nascimentos de bebés na família da Câmara Municipal de Oeiras foram entregues quarenta e cinco cestas de nascimento e foram registados nove falecimentos. ----

-----Relativamente a recursos humanos, a entrada foi de duzentos e cinquenta e quatro contra uma saída de duzentos e quarenta e seis, temos estado com parcimónia a gerir toda essa parte de recursos humanos e temos que considerar, felizmente para o Município de Oeiras, muitos dos nossos técnicos são muitas das vezes requisitados para Municípios vizinhos a começar pela capital para desempenharem funções de dirigentes, o que também nos agrada, porque é também um reconhecimento, não pode haver lugares para todos e é um reconhecimento também do excelente trabalho que o Município de Oeiras tem estado a desempenhar. -----

-----Por fim, relativamente aos procedimentos de índice disciplinar, em dois mil e vinte e dois foram instaurados quarenta e dois procedimentos de índole disciplinar, dos quais trinta e sete processos disciplinares e cinco processos de inquérito, transitaram de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, doze processos disciplinares e dois processos de inquérito. -----

-----Em dois mil e vinte e dois, concluíram-se vinte e três processos disciplinares e quatro de inquéritos instaurados nesse próprio ano e do ano anterior doze processos disciplinares e dois processos de inquérito como já tinha referido, isto dá em termos de sanções e decisões um total de trinta e cinco entre despedimento, suspensão, multa, repreensão escrita e arquivamento. -----

-----A terminar, dizer que hoje tem que ser um dia de alegria para a Câmara Municipal de Oeiras, porque depois do momento que vivemos ontem com a presença do Senhor Primeiro-Ministro, da Ministra da Habitação e da Senhora Ministra da Presidência no nosso Concelho, se regista que nesta nova fase de ciclo de desenvolvimento que temos estado a viver, a habitação continua a ser uma grande prioridade, aproveito para cumprimentar os meus pares, quer o Senhor Vereador com o Pelouro da Habitação Nuno Neto, quer a Senhora Vereadora Carla Rocha e todos aqueles que, de alguma maneira, desempenham funções aqui no dia a dia a começar pelos próprios dirigentes e técnicos da Câmara Municipal de Oeiras que continuam na vanguarda deste Município em várias áreas, sendo que a habitação continua a ser um dos nossos grandes desígnios.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR:-----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “No dia treze de janeiro, a convite do Centro Social e Paroquial São Romão de Carnaxide, estive, com muito gosto, na abertura do Quarto Seminário da Escola de Cuidadores com o tema o envelhecimento.-----

----- Reforcei a importância dada pelo Município a esta área de intervenção e todos os investimentos que têm sido feitos nos últimos anos com base numa política local de proximidade por envelhecimento que se quer com qualidade.-----

----- - No dia quinze, estive presente com o Senhor Vice-Presidente e com a Senhora Vereadora Carla Rocha, nas Festas de Santo Amaro promovida pela Associação Pombal Vinte e Um e realmente é uma grande demonstração da força da comunidade cabo-verdiana aqui no nosso território e é muito interessante estar presente, porque não só está a comunidade cabo-verdiana como todas as forças vivas do Concelho e de toda a comunidade e realmente sentimos o calor que foi partilhado, embora estivesse um frio de morrer, foi com grande calor que fomos recebidos nesta festividade.-----

----- - No dia vinte, estive presente na cerimónia de tomada de posse dos órgãos eleitos para o quadriénio vinte e três/vinte e seis da Santa Casa de Misericórdia de Oeiras, que é uma instituição de referência no nosso Concelho com uma ação alargada e respostas transversais cada vez mais adaptada às necessidades da população e que se tem afirmado como parceiro estratégico do Município.-----

----- Não posso deixar de referir, ontem, a maravilhosa cerimónia que todos tivemos o prazer de estar presentes, Senhor Vereador Nuno Neto, Senhora Vereadora Carla Rocha parabéns, eu sei que isto foi um grande trabalho do Departamento de Habitação, do Senhor Vereador Nuno Neto, e tive o privilégio de partilhar alguma parte, por isso, foi com muito orgulho e alegria que ontem estive presente nesta cerimónia, parabéns também Senhor

Presidente, estamos a conseguir fazer o que nos propusemos. -----

-----Relativamente à vacinação, passaram dois anos desde que demos início à vacinação COVID-Dezanove e convém falar aqui nalguns números. -----

-----Se bem se recordam, o Município apoiou o Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras desde a primeira hora, no apoio à vacinação de utentes e colaboradores das estruturas residenciais para pessoas idosas e lares residenciais, assim como de munícipes acamados no total de duas mil pessoas, é importante referir que estas pessoas já tiveram cinco reforços. --- -----

-----Neste processo o Município garantiu todo o apoio logístico, nomeadamente reforço da equipa de enfermeiros, cedência de viaturas com motorista para transporte destas equipas, disponibilização de ambulâncias medicalizadas de prevenção e EPIS. -----

-----No segundo momento, na instalação do Centro de Vacinação no Pavilhão Carlos Queiroz, em Carnaxide, que desde a sua entrada em funcionamento a dez de fevereiro de dois mil e vinte e um já permitiu administrar cerca de quatrocentas e setenta e cinco mil vacinas das quais cinquenta e nove mil são contra a gripe.-----

-----Numa fase inicial, o centro funcionou no piso inferior com a instalação de dezasseis postos de vacinação, com aliviadas medidas desde abril de dois mil e vinte e dois houve uma alteração no funcionamento e instalámos só na parte superior do pavilhão um total de nove postos. -----

-----O investimento do Município incidiu ao nível do apetrechamento dos postos de enfermagem e apoio administrativo, disponibilização de equipamento informático e audiovisual, afetação de recursos humanos de apoio, tempo jovem, sendo que houve apoio por parte dos trabalhadores do Município também, contratação de serviços de enfermagem, disponibilização de refeições aos profissionais e aos jovens, disponibilização de material de proteção individual, materiais diversos e publicações, ofertas de “kit” e distribuição de lanches, assegurado o serviço



Câmara Municipal
de Oeiras

de limpeza do espaço e vigilância, contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos hospitalares, contratação de serviços de animação para crianças, assegurados os custos com a utilização do Pavilhão Carlos Queiroz e assegurado o serviço de táxi gratuito aos munícipes, sendo que atualmente este serviço destina-se apenas a munícipes com mais de sessenta e cinco anos.-----

----- O investimento municipal até ao momento é de cinco milhões de euros, destaco aqui a contratação da equipa de enfermagem num total de um milhão duzentos e trinta mil euros, a utilização do Pavilhão Carlos Queiroz que ascende aos duzentos mil euros e a disponibilização do serviço de táxis que já vai em novecentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois euros.-----

----- Relativamente aos números COVID dizer que, segundo a saúde pública, a Delegada de Saúde, nos últimos dias, desde janeiro, só temos um, no máximo dois casos por dia e temos uma incidência de vinte e oito casos por cem mil habitantes.-----

----- Para terminar, queria só informar a Câmara que devido à vaga de frio que se tem feito sentir, esta semana já foi acionado o nosso plano de contingência para a vaga de frio para a população sem-abrigo, fizemos um reforço e distribuímos cobertores, edredons, casacos, polares, etc., e estão a ser monitorizadas as situações com maior fragilidade, inclusive já está aberto o Quartel dos Bombeiros do Dafundo no período noturno para as situações que estejam mais desenquadradas e com maior fragilidade.”-----

11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO:-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- “Eu gostaria de começar pelo dia de ontem, pela cerimónia de lançamento da primeira pedra do Programa Habitacional do Alto da Montanha e gostava de dar nota, julgo que o Senhor Primeiro-Ministro falou da importância do Poder Local na vida de cada uma das pessoas

que habita o território, porque, quando aqui fazemos algo, a proximidade que temos não salva ou não tem impacto na humanidade toda, mas para aquela pessoa, para quem nós dirigimos determinada política, faz toda a diferença. -----

-----Aquilo que eu acho que todos nós ontem sentimos foi que o que estávamos ali a partilhar, todos nós, por parte do Município e do Governo, os representantes que ali estavam, é que aquilo foi um primeiro momento que vai transformar a vida de pelo menos seiscentas pessoas ou seiscentas famílias e isso, de facto, é verdadeiramente extraordinário e a aposta que está a ser feita, quer pelo Município, quer pelo Governo, em novas políticas públicas de habitação, tendo em conta aquilo que é a realidade que nós conhecemos, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, julgamos que vai ter um impacto real na vida de várias pessoas e se isso não nos motiva, então, se calhar, nada nos poderá motivar, porque, de facto, para mim foi uma honra ter estado ontem nesta cerimónia, foi uma emoção saber que este é o primeiro de doze projetos que permitirão transformar a vida de várias pessoas e várias famílias, nomeadamente a construir um futuro mais digno e julgo que foi o Senhor Presidente da Câmara que disse e que eu comungo, que quem não tem uma casa não tem horizonte nenhum e, de facto, ter uma casa é o princípio de uma dignidade e de uma vida que faz toda a diferença e podermos estar associados a este programa acho que é algo que deve fazer-nos sentir que faz sentido estarmos nestes locais e nestes lugares. -----

-----Sem dúvida que ontem foi um dia especial, é o primeiro de muitos e até dois mil e vinte e seis vamos meter mãos à obra e vamos fazer por estas famílias e dou os parabéns aos dois Vereadores que têm estado mais de perto a trabalhar e aos Serviços que têm conseguido construir estes Programas e candidatá-los a estes fundos que certamente farão toda a diferença. -----

-----Depois queria também dar nota de que tive a honra, a pedido da Senhora Vereadora Joana Baptista, de representar a Câmara no lançamento do Guia de Campo de Insetos e Plantas de Oeiras, este dia foi apresentado na exposição Insetos à Ordem que está patente na Fábrica da



Câmara Municipal
de Oeiras

Pólvora de Barcarena e dou os parabéns a toda esta equipa que ainda por cima disponibiliza este guia “online” e promove assim a biodiversidade e esta é apenas uma de muitas iniciativas ligadas à biodiversidade que esta equipa tem no terreno e eu saúdo todo este trabalho que está a ser desenvolvido. -----

----- Por fim, dar nota de que começa amanhã a Missão da União Europeia para Adaptação às Alterações Climáticas, em que o Município estará representado e julgo que, na próxima reunião de Câmara vos poderei trazer mais notícias sobre esta Missão em que Oeiras também participará.”-----

12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DUARTE DA MATA: -----

----- O Senhor Vereador Duarte da Mata prestou à Câmara as seguintes informações: --

----- “Aproveito para desejar um Bom Ano a todos os Vereadores, cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os serviços e público presente. -----

----- Infelizmente, não temos transmissão como eu tento sempre relembrar aqui, até porque é uma prática já comum em quase todo o lado haver transmissões das reuniões, ainda para mais públicas, mas fica o mote de que possamos o mais breve possível ter, de facto, essa possibilidade de aquilo que é dito passar para fora.-----

----- - No dia quatro de janeiro, participei no “webinar” promovido pela Associação Evoluir Oeiras de que faço parte com o tema “Que futuro para o Espargal”, “webinar” que decorreu no âmbito e dentro do quadro da participação pública que decorria até ao dia cinco de janeiro.-----

----- Este processo levantou uma série de constatações e eu até fiquei bastante espantado com isso, do grau de desconhecimento generalizado que a maioria das populações ali à volta têm em relação a este processo, em particular, mas de uma forma geral em relação aos processos urbanísticos, que são sempre processos um bocadinho mais densos, mas, na verdade, são processos que a Câmara não fez um esforço para envolver as pessoas, porque não fez uma única

divulgação pública do processo, não publicou um único “post”, não fez uma única notícia sobre a existência da consulta pública, saiu um edital. -----

-----E quem teve acesso ao edital? -----

-----Alguém colocou nas portas essa informação e as pessoas começaram a falar umas com as outras e os vizinhos começaram-se a reunir e, de facto, fico um pouco espantado que, com tantos meios digitais e com tanta transparência e tanta informação não pudéssemos promover isso.-----

-----Este “webinar” foi interessante, levantou uma série de questões, envolveu uma das moradoras do local, que se tem movimentado para tentar, no fundo, mostrar as suas preocupações em relação àquilo que ela considera os seus direitos adquiridos face às expectativas, isso é muito importante. -----

-----Isto leva-me ao segundo ponto que tem a ver com o terreno que está a sul da Assembleia Municipal, no Moinho das Antas, que faz parte do Plano de Pormenor do Moinho das Antas, que foi aprovado em mil novecentos e noventa e cinco e que tem uma área de cerca de doze hectares e que pertence à Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Poente Sul.-----

-----Ora bem, o Senhor Presidente já tem dito, de forma informal, que também vai fazer Torres ali, eu pelo que pude ver do Plano de Pormenor não há torres ali, há um Plano de Pormenor muito datado, tal como o do Espargal, que valia a pena revogar para construir um outro modelo que defendesse, no fundo, a qualidade de vida que todas aquelas pessoas, e são muitas, é uma das áreas mais densas do Concelho de Oeiras, não ficassem afogadas em construção. -----

-----Gostaria de perceber da parte do Senhor Presidente, se vai haver torres ali, se não acha que este é um dado importante para as pessoas do Espargal saberem que, para além do Espargal vão ter mais torres, não são só as do Espargal, como se elas já não chegassem, eu acho que isso é importante que fosse dito.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - Visitei também às minhas custas, como é óbvio, uma obra de uma bomba de gasolina, que está a decorrer ali em frente à Tapada do Mocho, em frente ao Auchan, aliás, numa encosta que tem lá os sinais de grande impacto das chuvadas dos últimos tempos, que deitaram abaixo e escavaram de forma importante algumas estruturas que se podem ver lá no terreno, a não ser que tenham sido demovidas nos últimos dias.-----

----- Portanto está a ser construída uma bomba de gasolina, que me parece, num local absolutamente desadequado para isso. -----

----- Sendo a acrescentar que aqueles edifícios que já lá estão, alguns deles, até é muito estranho, parecem uns edifícios fantasma, não parecem ter habitantes e estão ali numa situação também bastante periclitante sobre a linha de água. -----

----- Acho que estas cheias recentes nos fazem novamente olhar para estas coisas com um outro olhar, parece-me que esta bomba de gasolina não está bem localizada, mas de uma forma global, parece-me que para todas estas pessoas que vivem na Nova Morada, que vivem na Tapada do Mocho e que vivem na zona do Bairro das Finanças, a única coisa que tem sido construído ali tem sido edifícios, supermercados, estradas, rotundas, vias rápidas e agora uma bomba de gasolina e era importante que aquele vale tivesse um outro uso e que se requalificasse de forma a fazer um corredor verde que venha da Quinta do Torneiro, seguindo pela ribeira até Paço de Arcos.-----

----- A minha última nota e penso que vou fechar este tema do estacionamento, já aqui vim várias vezes com este tema do estacionamento dos Navegantes, até parece que sou um enorme adepto ou opositor à existência do estacionamento em si, não tenho nada contra ele, não é por aí, mas de facto, o estacionamento dos Navegantes foi inaugurado sem se ter retirado um único carro da Rua Costa Pinto, foi algo que eu falei da última vez, foi pedonalizado um troço de quarenta e dois metros, que é bem-vindo e esperamos que seja algo que corra bem.-----

----- Ao contrário, do que o Senhor Presidente disse, que defendia a pedonalização de toda

a Rua Costa Pinto, nós não defendemos isso, parece-me bastante difícil que isso seja executado e seria algo que nós não iríamos defender, mas defendemos vários troços e continuamos a defender que o troço onde é feita a Mostra Gastronómica poderia ser perfeitamente executado de um dia para o outro sem problemas de maior, ainda para mais com esta oferta de estacionamento que, pelos vistos, fazia depender quando esta questão apareceu de essa possível pedonalização. -----

-----Em relação a isto, dizer que quem sai do estacionamento recém-inaugurado, à porta do estacionamento termina a intervenção do estacionamento e entramos numa zona em que não é cumprido o decreto-lei das acessibilidades, portanto, uma pessoa que estaciona um carro de cadeira de rodas não sai daquele parque para lado nenhum, não é possível, os passeios não estão rebaixados, não há passeio pedonal, a intervenção focou-se cem por cento dentro do estacionamento e zero cá fora e era muito importante resolver aquele assunto, caso contrário, os lugares de estacionamento para deficientes que estão lá dentro não dá, só com ajuda.-----

-----À porta circulam fotografias, eu próprio tirei fotografias também, de toda a faixa da direita da Avenida, que eu acho que ainda se chama Senhor Jesus dos Navegantes, ser um parque de autocarros da Carris Metropolitana desde que começou a operação, o que mostra a grande urgência de resolver o problema da estação de camionagem, com isso sim, eu estou realmente preocupado porque ali à volta o que tem acontecido é isto, estacionamento.-----

-----Agora foi também tornado público umas intervenções que têm acontecido frequentemente em vários locais, tenho estado a ver e sou também grande adepto da aplicação em que é possível colocar sugestões e tem havido imensas sugestões que eu sugeri à Câmara que visse situações em que há intervenções na via pública, nos passeios e em que não são salvaguardados os canais pedonais e isso está a acontecer em vários sítios em Carnaxide e em que as pessoas têm que saltar por cima de “railes” de proteção e isso não pode acontecer. -----

-----Praticamente ali à frente da Estação de Paço de Arcos, durante meia dúzia de dias estiveram os dois passeios bloqueados e só ao fim de vários dias apareceu a polícia para orientar



Câmara Municipal
de Oeiras

o trânsito, quando tinha mais que espaço para ter criado uma solução de passeio pedonal. -----

----- Ficam aqui as minhas notas.” -----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “No dia doze de janeiro, acompanhei o Senhor Presidente juntamente com as Vereadoras Carla Rocha e a Susana Duarte, à Feira Gastronómica de Boticas, juntamente com o arquiteto Baptista Fernandes e visitámos excelente expositores e provas gastronómicas de elevada qualidade, aproveitámos ainda a visita para conhecer o Centro de Artes Nadir Afonso, em Boticas e ainda o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, em Chaves, que foi uma excelente sugestão da Vereadora Carla Rocha. -----

----- - No dia catorze, estive com o Senhor Presidente, com a doutora Sílvia Breu, o engenheiro João Lourenço e vários técnicos e operacionais da DGEV, no Parque das Perdizes, é um excelente espaço ajardinado, muito naturalizado e que nós paulatinamente estamos a valorizar e a dignificar agora com património arbóreo e com algum mobiliário que possa contribuir para esta valorização. -----

----- - No dia dezasseis, estive em Valejas numa situação complicada tanto com a equipa do Departamento de Obras, com os SIMAS e a Presidente de Junta, ainda na sequência das intempéries do mês de dezembro, até porque muito daquilo que se passou nas intempéries, não se conseguiu resolver de forma imediata, aliás, “Roma e Pavia não se fazem num dia” e, portanto, há situações que são graves, complexas e estruturantes, que nós sinalizámos logo no mês de dezembro, mas que paulatinamente estamos a corrigir, e, portanto, foi por essa razão que lá fomos.----- -----

----- - No dia dezoito desloquei-me às Oficinas Centrais de Manutenção Auto da Polícia de Segurança Pública, em Carnaxide, que acolhem de forma gradual as cinco mil viaturas que

compõem a frota da PSP e, de facto, é um local que não dignifica e não valoriza propriamente aquela zona de Carnaxide, designadamente a zona que é contígua e que se pretende que se avance com a demolição. -----

----- - No dia dezanove, marquei presença na apresentação do Programa Oeiras Mar. ----

----- - No dia vinte acompanhei o Senhor Presidente juntamente com as equipas do Departamento de Obras e do Departamento de Ambiente, ao Jardim da Quinta de Santo António, em Miraflores, verificámos os estragos de alguns muros que cederam e que estão em processo de reparação e visitámos o concessionário que ali existe e também vamos avançar com alguns melhoramentos e também com a introdução de algumas plantações para dar outra diversidade visual àquele Jardim que, desde já, é muito bom e eu convido todos a visitarem. ----

----- - Visitámos o Convento da Cartuxa para aferir alguns trabalhos necessários a realizar em algumas salas de modo a serem criadas as condições para ali ocorrerem algumas exposições, até que ocorra a obra de grande envergadura, tanto na Igreja como no Convento da Cartuxa. -----

----- Ali também desde o início do mês de janeiro foi criado um Gabinete Técnico Local e é fundamental a presença das equipas da Câmara nestes locais. -----

----- Estes locais vieram a gestão da Câmara em finais de dois mil e dezanove e em dois mil e vinte, estou a falar da Quinta de Cima e do Mosteiro da Cartuxa e é fundamental a criação destes gabinetes e a presença da Câmara Municipal nestes locais que, como sabem, estiveram ao abandono durante muitos anos e é frequente haver ocupações indevidas e atos de vandalismo nestes locais, portanto, a nossa presença é absolutamente dissuasora da prática do ilícito e, por outro lado, a nossa presença também garante uma observação e uma melhoria daquilo que pretendemos fazer para o futuro projeto e obra. -----

----- - Visitámos o Jardim Municipal de Oeiras, para vermos a conclusão daquilo que é o projeto de requalificação da Estufa Fria e do Observatório, que consta do Orçamento Participativo, e vermos também a necessidade de valorizarmos a diversidade do património



Câmara Municipal
de Oeiras

arbóreo existente na margem direita da Ribeira de Lage. -----

----- - Nesse mesmo dia à noite marquei presença na estreia da peça de teatro “Caim” em exibição no Teatro Independente de Oeiras e foi sem dúvida uma viagem pelo tempo, portanto, convido todos a estarem presentes. -----

----- - Quanto à Alto Montanha escuso-me de fazer comentários, porque todos os demais já o fizeram. -----

----- O Senhor Vereador Duarte da Mata colocou uma questão que está diretamente relacionada com os pelouros que tutelo, designadamente o estacionamento dos navegantes. -----

----- Foi solicitada uma visita ao local, porventura o meu gabinete já propôs o agendamento, mas propôs o agendamento de visita, portanto, não precisa de lá ir e ver de fora Senhor Vereador, o meu gabinete já convidou o Vereador Duarte da Mata ou a Vereadora Carla Castelo, para uma visita, onde iríamos proporcionar todos os esclarecimentos de natureza técnica e política. - -----

----- No que respeita às acessibilidades é verdade que existem melhorias a ser efetuadas, mas nós não podemos fazer depender tudo de tudo, porque caso contrário, não fazemos nada, portanto, o parque foi aberto, proporciona uma melhoria ao nível da oferta da mobilidade, estacionamento e estas questões das acessibilidades, a Câmara Municipal está sensibilizada, identificou o problema e vai corrigi-lo já neste primeiro trimestre. -----

----- A questão do conforto, da segurança urbana e das acessibilidades é um problema que nós temos no nosso planeamento, portanto, é um problema que todos os dias, o planeamento, projeto e a obra colhem dessa preocupação, porque é uma preocupação de natureza social, nós temos que ter um Concelho confortável, seguro e acessível para todos. -----

----- Nós todos os anos, só para ter uma ideia, ao nível das empreitadas generalistas gastamos cinco milhões de euros a tornar os nossos passeios mais confortáveis, seguros e acessíveis. -----

-----Por outro lado, nunca se fez tanto passeio em zonas onde não existem passeios, dou exemplos, entre Vila Fria Velha e Vila Fria Nova, na zona de Leião, entre outras zonas menos urbanas, por norma estas situações acontecem em zonas que são menos urbanas, que é o caso de Porto Salvo e de Barcarena onde existem omissões de passeios e que nós estamos a fazer isso para aproximar localidades, por exemplo, vamos avançar agora com a construção da ciclovia na Rua da Fonte ligando Vila Fria a Leceia que, na realidade, são duas localidades que nunca estiveram ligadas por natureza, estamos a falar de uma estrada, que nem sequer tem valetas, nem sequer tem drenagem, portanto, não há ninguém que possa circular com o mínimo de segurança a pé ou de bicicleta entre estas duas localidades, portanto, mais do que um eixo pedociclável é podermos aproximar duas localidades que sempre estiveram separadas e, portanto, as nossas políticas, Senhor Vereador, estão absolutamente imbuídas deste espírito de conforto e segurança urbana e esse problema já estava sinalizado, mas não quisemos obstar a abertura do estacionamento por mais três meses quando o assunto já estava sinalizado e vai ser corrigido.”---

14 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “No dia quinze de janeiro estive presente na Missa e Procissão das Festas de Santo Amaro, no Bairro do Pombal, em Oeiras, e é uma prestação regular do Executivo Municipal naquelas festas.-----

----- - No dia dezasseis teve lugar a reunião do Conselho Regional da CCDR, acompanhando o Senhor Presidente, numa reunião que, na minha opinião, podia ser muito mais frutuosa do que aquilo que foi, lamentavelmente nós voltaremos a fazer reuniões de marcar calendário e vamos todos a essas reuniões e saem dessas reuniões poucas conclusões e poucas orientações para o futuro, num momento tão complexo para o País e numa oportunidade única de utilização de fundos, que pode ser a última que esta geração vai conhecer. -----

~ ----- - No dia dezoito, recebi, também cumprindo orientações do Senhor Presidente, a



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhora Embaixadora de Cuba em Portugal a professora Yusmari Díaz Pérez, preparando algumas ações de cooperação futura.-----

----- A única semana cultural cubana que teve lugar no nosso País, teve lugar em Oeiras, acerca de dez/doze anos atrás e a República de Cuba, gostava de voltar a intensificar este tipo de ações e naturalmente, procurou a recetividade habitual do Município de Oeiras. -----

----- - Gostaria de falar do lançamento da primeira pedra do Alto da Montanha, ontem, em Carnaxide e falar de uma perspetiva diferente daquela que normalmente é falada.-----

----- Ontem à noite houve um debate num canal televisivo e uma comentadora nitidamente especialista em habitação, dizia que duvidava que não houvesse outros terrenos em Oeiras que não os de Rede Agrícola Nacional para fazer habitação social. -----

----- Naturalmente desconhece a Senhora que aqueles terrenos não foram retirados da Rede Agrícola, são, provavelmente, os últimos disponíveis no Município ou na posse do Município para fazer este tipo de habitação e os próximos anos terão, por razões que, naturalmente, aquela comentadora e quase todos os outros comentadores, estudólogos do País, que falam de tudo e conhecem pouco e que comentam o que não devem. -----

----- Nós estamos a entrar num contexto em que será quase impossível fazer habitação pública em Portugal.-----

----- É quase impossível, porque onde é necessário fazer habitação pública não é possível fazer, porque não há mesmo terrenos disponíveis. -----

----- Se nós olharmos para as necessidades de habitação de Oeiras, Cascais, Sintra podemos aferir com facilidade a dificuldade que é encontrar terrenos urbanos nos quais seja possível fazer habitação social cumprindo o que a legislação prevê, isto é, que se enquadrem dentro das balizas financeiras que a legislação obriga. -----

----- Quando os estudólogos falam de reabilitação urbana, também não sabem que a reabilitação urbana comporta custos que não respeitam as balizas financeiras da lei. -----

-----Quando nos falamos que, certamente que há terrenos disponíveis também não conhecemos a lei dos solos que tornou por via da valorização dos solos urbanos impossível fazer habitação pública nos terrenos que hoje são urbanos uma vez que terminou a classificação do solo urbanizável. -----

-----Assim sendo, “estamos perante uma encruzilhada”, expressão que eu não gosto de usar, por mais vontade que o Primeiro-Ministro e que a generosa Ministra da Habitação têm em fazer obra e em deixar legado, não há condições materiais de terreno disponível para fazer habitação pública.-----

-----O Senhor Vereador Duarte da Mata, que não é do PCP, se fosse do PCP, falando agora, perceberia a expressão, os custos da cadeia de produção, os comunistas são especialistas nisto, retirar ou não colocar o terreno nos custos de produção da habitação roça o absurdo.-----

-----Nós estamos a tentar retirar um elemento fundamental do custo final da produção da casa. Não é possível construir casas em terrenos que não estão de acordo com o que a lei permite.

-----Como é que se resolve isto quando somos confrontados com as necessidades de habitação de dezenas de milhares de famílias?-----

-----Senhor Presidente desculpe se me estou a alongar sobre este tema, mas temos poucas hipóteses.-- -----

-----Ignorar as pessoas, coisa que os estudólogos fazem, ignoram as necessidades das pessoas, quando nós dizemos num programa de televisão que, certamente há outros terrenos disponíveis e que a questão deve ser ponderada com muita tranquilidade, certamente que não dormimos na rua, porque quem dorme na rua não tem tranquilidade. -----

-----Acho que a Senhora Vereadora Carla Rocha usou a palavra urgência.-----

-----O Martin Luther King dizia que a urgência feroz do momento, determina que não podemos voltar ao “business as usual” não podemos estar tranquilos, quando estamos perante uma encruzilhada histórica, de dezenas de milhares de famílias que vão ficar na miséria. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Não tenhamos dúvidas, a situação é explosiva e catastrófica a médio prazo. Todos nós somos titulares de cargos públicos e temos que ter noção disto, quando as pessoas caírem na rua, caem-nos no colo.-----

----- Temos nós ou não sensibilidade social para isso. É um problema catastrófico que está prestes a acontecer.-----

----- No final da década de setenta e durante boa parte da década de oitenta o País convivia tranquilamente com a miséria dos outros, os que estavam fora, o Adriano Moreira falava muito sobre isto, sobre o poder dos que não têm poder, as pessoas não têm poder, estão fora do sistema, exceto quando o gueto desce à cidade, instala-se o caos.-----

----- Nós temos de ter consciência do que está prestes a acontecer na nossa sociedade. Isto acontece nas duas áreas metropolitanas.-----

----- Podemos escolher ignorar os pobres, mas os pobres não ignorarão quando as famílias deles estiverem à beira da miséria.-----

----- Ignorar isto é ignorar o que está a acontecer ao País.-----

----- Quando mais de setenta por cento dos portugueses auferem menos de mil euros líquidos por mês esses setenta por cento dos portugueses não conseguem arrendar uma casa no Concelho de Oeiras para a sua família.”-----

15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:-----

----- O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte:-----

----- “No dia doze de janeiro, estive com um pequeno grupo, com a Vereadora Carla Rocha, com a Vereadora Joana Baptista e com o arquiteto Baptista Fernandes, numa visita à Feira Gastronómica do Porco de Boticas, para verificar as possibilidades de fazermos aqui em Oeiras um grande evento gastronómico que envolva produtos do Minho, de Trás-os-Montes, da Beira Alta, do Alentejo, etc., e ainda bem que fomos lá, porque nos apercebemos que estas coisas têm que ser preparadas com a devida antecedência, não será este ano que iremos fazer este

grande evento, mas será no próximo ano. -----

----- - No dia catorze, deslocámo-nos ao Parque das Perdizes para plantação de mais de vinte e quatro Araucárias, e as pessoas daqui a alguns anos em vez de se referirem ao Parque das Perdizes, vão-se referir ao Parque das Araucárias, mas o que importa é que árvores plantamos em todo o lado, em meio urbano, fora do espaço urbano, o importante é fazer plantação e replantação. -----

----- - No dia quinze, deu-se uma circunstância interessante, que é muito benéfica para a imagem do nosso Concelho e para o ego das pessoas que gostam de Oeiras e as que não gostam ficam mais enraivecidas, foi o facto de haver uma coincidência de dois Programas “Domingão”, a SIC e a TVI, que no mesmo domingo fizeram a festa na tarde de domingo, mostrando imagens muito bonitas de todo o Concelho, que são, naturalmente, o nosso orgulho. -----

----- - No dia dezasseis teve lugar o almoço com o Professor Nuno Ferrand para abordarmos a possibilidade de acolhimento de um Museu ou Centro de Ciência Viva, ligado à Viagem, ao Conhecimento, no Palácio do Marquês. -----

-----Vai ser trabalhado um programa e logo que haja mais informação será trazida aqui. --

----- - Nesse mesmo dia, pelas dezassete horas, ocorreu a reunião do Conselho Regional da CCDR. - -----

----- - No dia dezassete, às vinte horas e trinta minutos, foi feita a apresentação “A História de Vida de Ruy de Carvalho”, no Auditório do Taguspark,-----

-----Para quem não teve a oportunidade de ver esta peça, aconselho que o faça, porque é uma hora e trinta minutos muito interessante, que não é só a história de vida do Ruy de Carvalho, porque a história de vida dele é um pouco a história de vida do País e passamos a ter a noção do que era Portugal antes do Vinte e Cindo de Abril, depois do Vinte e Vinco de Abril, enfim, de toda a evolução ao longo de setenta anos. -----

----- - No dia dezanove, teve lugar um almoço com a Presidente de Câmara de Almada,



Câmara Municipal
de Oeiras

doutora Inês Medeiros, para discutirmos o Museu do Tejo; relativamente às Fortificações Marítimas da Barra do Tejo, designadamente de Almada e da nova ponte ou viaduto de Algés à Trafaria.---

----- Irá ser colocado o assunto ao Presidente da Câmara de Lisboa e em relação ao Museu do Tejo houve uma grande abertura para a criação de um Núcleo na margem esquerda do Tejo. --

----- - No dia vinte, visitámos a Quinta de Santo António, em Miraflores e o parque de estacionamento em construção na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés, bem como a Quinta da Cartuxa e ainda o Jardim Municipal de Oeiras para verificação da melhoria de pavimentos e abrigo dos gatos.-----

----- - No dia vinte e um foi a apresentação pública da obra “O povoado de pré-histórico de Leceia - Cinquenta anos de trabalhos arqueológicos (Mil novecentos e setenta e dois - dois mil e vinte e dois). -----

----- Trabalhos arqueológicos, a própria evolução do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, que culminou com uma medalha comemorativa, que oportunamente será distribuída aos Senhores Vereadores. -----

----- - Ontem teve lugar a cerimónia do lançamento da Primeira Pedra no Alto da Montanha, que contou com a presença do Senhor Primeiro Ministro, da Ministra da Presidência, Ministra da Habitação e dois Secretários de Estado.-----

----- Os Senhores Vereadores já se referiram à importância desta cerimónia. -----

----- Esta cerimónia, por um lado é o arranque do nosso posicionamento relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência - PRR e à forma como vamos aproveitar os Fundos Comunitários do PRR, é motivo de satisfação para nós, porque apesar de todos os constrangimentos, dificuldades de terrenos, etc., tudo indica que dez por cento do PRR vai ser consumido em Oeiras. -----

----- Estamos a falar de duzentos e setenta milhões de euros de um montante global de

dois mil e setecentos milhões, isto significa que se mais dez Municípios apenas em Portugal fizessem o mesmo que Oeiras está a fazer, praticamente cumpria-se o PRR e realizava-se esse desiderato.- -----

-----Vamos ver quantos Municípios conseguem. -----

-----Nesta fase estamos a falar de mil e quinhentos fogos, perto de setecentos de renda apoiada, seiscentos e trinta de renda acessível, continuamos com a habitação jovem, à custa do Orçamento do Município e é nossa intenção avançar com mais mil e quinhentas casas de renda acessível e isso atira-nos para oito a nove por cento de habitação pública em Oeiras, num País que tem apenas dois por cento, a habitação pública representa dois por cento, Oeiras neste momento tem seis por cento, o que significa que estamos muito acima da média nacional e o nosso objetivo é chegar aos nove por cento. -----

-----Na intervenção que fiz e que o Senhor Vice-Presidente abordou, dá a impressão que isto é uma espécie de saga, e até já me acusaram de populista pelo facto de me referir à necessidade de desafetação de Reserva Agrícola Nacional. -----

-----Populista é quem diz o contrário, populista é quem diz que não se toca. -----

-----O que importa é que o Governo fez um esforço, no sentido de encontrar terrenos do Estado que pudesse disponibilizar, para renda acessível e até agora só conseguiu encontrar três terrenos, por acaso o maior é em Oeiras, que dá para seiscentos e trinta fogos, outro em Lisboa com cento e oitenta e outro no Porto com cento e vinte. -----

-----Estamos a falar de três terrenos do Estado, do seu património.-----

-----Isto demonstra bem em ter em Portugal um programa sustentado do ponto de vista da construção de habitação pública, e eu julgo que não demorará seis anos, pois caso contrário será uma situação explosiva, em que nos irão dar razão na totalidade.-----

-----Neste momento o que se verifica é que ligamos as televisões e ouvimos os especialistas em habitação, dizem eles, e falam como se a responsabilidade pelo aumento, seja de



Câmara Municipal
de Oeiras

rendas, seja do custo da habitação, são os Vistos Golden, o Imposto Municipal Sobre Imóveis -IMI, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis - IMT, o IVA, a burocracia das Câmaras com o licenciamento, e, curiosamente, ninguém fala no preço dos terrenos, é uma coisa estranha, como se o terreno não fizesse parte da construção, e quando o custo do terreno, por vezes, ultrapassa o custo da construção, está tudo dito, e, quando a especulação imobiliária chega a render cem por cento de lucro, há qualquer coisa que está mal. --

----- Voltamos ao problema dos terrenos urbanizáveis, aquilo que provocou a escalada de preços descontrolável, foi a Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, a Troika foi-se embora em dois mil e quinze e foi a partir daí que os valores dos terrenos começaram a subir, e o preço das casas igualmente, e passados seis anos da saída da Troika já temos as casas com o dobro do valor que tinham, nalguns casos o triplo dos preços anteriores a dois mil e oito, quando muitos diziam que nunca mais os preços iriam ser os mesmos, portanto só não vê isto quem é cego. -----

----- Cego, não, a cegueira decorre de outra coisa, têm os olhos bem abertos, mas estão bem instalados na vida, é sempre o mesmo problema, normalmente, os que estão bem instalados na vida, e normalmente são as elites, não têm a sensibilidade que lhes permita tentar perceber o fenómeno da pobreza. -----

----- A pobreza é o principal problema que Portugal tem nas próximas décadas, e uma das dimensões da pobreza é a casa. -----

----- Quando a casa que se habita, não é suficiente para a família, ou porque é a rua, ou porque é a barraca, ou porque é um quarto, ou porque é uma casa que não está preparada para acolher a família, porque está degradada, está decadente, não tem as condições de salubridade adequadas, há muitas razões, e, naturalmente, essa família não cresce harmoniosamente e acentuam-se as condições de pobreza. -----

----- Não me surpreende que na sequência do evento de ontem, em várias televisões se tenha comentado esta questão da necessidade da Reserva Agrícola Nacional para fazer,

exclusivamente, habitação pública, e, na verdade, em Oeiras, há terreno urbano, mas esse terreno atingiu preços de tal forma elevados, que é a própria Lei que impede a Câmara Municipal e o Estado de comprar esses terrenos para destinar a habitação pública, acontecendo o mesmo com a requalificação urbana, prédios degradados, que eventualmente sejam comprados, com a compra do prédio entre os setecentos a mil euros o metro quadrado, não é viável.-----

-----Há dias a Santa Casa da Misericórdia pediu-nos mil euros o metro quadrado de construção por um prédio que tem em Algés, a Câmara está interessada em comprar, mas não a mil euros o metro quadrado, porque se se gastar mais mil e cem ou mil e duzentos, já dá dois mil e tal, a custos controlados não pode ultrapassar os mil e seiscentos euros, está tudo dito.-----

-----Estou certo que mais ano, menos ano, este assunto vai ser resolvido. -----

-----Muitas vezes fazem contas que há setecentas casas vagas, etc., mas estão vagas onde não fazem falta nenhuma, mas se estiverem vagas aqui, como se vai comprar? -----

-----Onde foi o lançamento da Primeira Pedra, os T Dois estão a ser vendidos a quinhentos e cinquenta mil euros, os nossos T Dois não vão ultrapassar os cento e cinquenta mil euros, porque nós aqui não estamos a considerar o terreno, mas se pusermos mais cem mil euros do terreno, dá duzentos e cinquenta mil euros, para quinhentos e cinquenta mil euros vai uma distância muito grande. -----

-----Estão a ver o que é a especulação?-----

-----Só quem tem dinheiro é que pode comprar estes terrenos. -----

-----Por muitas voltas que se deem só o setor público, só a habitação pública é que pode responder às necessidades das famílias pobres e da classe média baixa. -----

-----É assim em toda a Europa e em Portugal não pode ser diferente. -----

-----Julgo que este Governo, quer pela intervenção do Primeiro Ministro, quer por esta afetação de recursos do PRR ter convencido Bruxelas da importância de destinar dois mil e setecentos milhões de euros a construção de habitação destinada a famílias pobres decorrentes da



Câmara Municipal
de Oeiras

pandemia, como uma forma de resiliência da sociedade, demonstra o empenho do Governo em resolver este problema. -----

----- Foi anunciado que dentro em breve irá ser apresentado um novo programa de políticas de habitação a nível nacional, vamos ver o que é que contém, mas podem dar as voltas que quiserem, não tenho dúvidas, que não vai demorar seis anos que as teses que nós defendemos irão ser aprovadas. -----

----- Relativamente à questão que se falou muito do assalto à Escola Camilo Castelo Branco, é tudo muito paradigmático, daquilo que não se deve discutir quando não se sabe, quando não se tem conhecimento das situações, porque, quer na Assembleia Municipal, quer fora da Assembleia Municipal, houve vários partidos políticos ou representantes de partidos políticos, que apresentaram aquele vandalismo da Escola Camilo Castelo Branco como se fosse uma questão já de crime organizado, uma coisa altamente perigosa. -----

----- O Concelho de Oeiras estava a ser assaltado por bandos de marginais perigosíssimos, era estar a pôr em causa a segurança, uma coisa alarmista, do outro mundo. -----

----- Pela tranquilidade que me caracteriza, fui dizendo, mas responsável, vamos aguardar as investigações policiais. -----

----- Não foi preciso esperar muito, nem foi preciso propriamente uma averiguação policial, os próprios autores do vandalismo se confessaram e eram alunos jovens da escola e que num ato, naturalmente reprovável e irrefletido tiveram aquela atitude. -----

----- As motivações não são aqui chamadas, mas apenas importa salientar que não era propriamente um grupo de crime organizado a procurar assaltar a escola e causar instabilidade social etc., portanto, é bom que, por vezes, deixemos acalmar as coisas.” -----

16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** começou por dizer o seguinte: -----

-----“Relativamente a algumas questões que o Senhor Vereador Duarte da Mata referiu, em primeiro lugar, gostaria de dizer que não estamos aqui para cumprir o programa dos Vereadores indicados pelo Bloco de Esquerda na Coligação Evoluir, nós estamos aqui para cumprir o nosso programa. -----

-----Eu compreendo o vosso afã crítico nisto e naquilo, estão no vosso papel e eu não contesto isso, agora não queiram que nós façamos aquilo que vocês querem que se faça, nós fazemos aquilo que prometemos ao nosso eleitorado, é esse o nosso papel.-----

-----A propósito do estacionamento do terminal, agora foram cinquenta ou sessenta lugares, qualquer dia vão ser mais cento e oitenta e o momento em que vamos fechar a Rua Costa Pinto, naturalmente que o Senhor Vereador não será o primeiro a saber, os primeiros a saber serão os cidadãos, como é óbvio, não serão os primeiros, não faltava nada, já é a segunda vez ou terceira vez que o Senhor Vereador insiste nisso, que a Vereadora Carla Castelo já referiu essa questão, quando é que se vai fechar a Rua Costa Pinto, nós não sabemos quando é que vai fechar, não temos esses elementos.-----

-----É o mesmo que sistematicamente estarem a perguntar o que é que vai acontecer nas Portas de Algés, não sabemos ainda estamos a estudar, estamos a analisar, estamos a ouvir, aliás, iremos ainda ouvir os próprios cidadãos de Algés e não só, porque estamos a falar de uma área especial, temos andado a comprar edifícios velhos, temos andado a demolir esses edifícios, já foram todos demolidos, portanto, tem-se visto aquilo que a Câmara Municipal tem vindo a fazer.

-----Relativamente ao grau de desconhecimento dos munícipes relativamente à Unidade de Execução do Espargal.-----

-----Eu por acaso estive a ver esse debate e eu fiquei espantado, não foi com o desconhecimento dos moradores, foi pelo desconhecido dos oradores, se até os oradores desconhecem completamente a situação, como é que querem que os munícipes estejam dentro do assunto se eles são os primeiros a não saber o que se passa e a desinformar as pessoas que estão a



Câmara Municipal
de Oeiras

ouvir? -----

----- Fiquei espantado, mais espantado ainda que o Vereador Pedro Patacho, eu fiquei espantado porque estive a ouvir aquilo e não tem jeito nenhum, as pessoas que falaram, não têm a mínima noção do que estavam a dizer, não sabem o que é planeamento, não sabem o que é alta densidade, o que é baixa densidade, não sabem qual é a situação da rede de transportes públicos do local, não sabem da permeabilização e de impermeabilização dos solos, só dizem disparates, que, aliás, o Senhor Vereador Duarte da Mata continuou aqui a dizer esses disparates, porque diz que as torres densificam. -----

----- Densificam o quê? -----

----- Só pode ser por provocação, o Senhor Vereador fazer essa afirmação, densificam o quê? -----

----- Pelo contrário, se a área de construção de um terminado plano é a mesma, como é que densifica?-----

----- A densidade já lá está. Não estou a ver qual é o conceito da densidade que tem, se um determinado loteamento tem uma densidade de vinte mil metros quadrados, se em vez de fazerem sete prédios, que faz uma barreira ao longo da estrada, faz duas torres, que têm os mesmos vinte mil metros quadrados, estamos conversados, não há qualquer agravamento de densidade, pelo contrário, há o desagravamento da impermeabilização, porque passa a haver muito menos terreno impermeável com duas torres do que com sete ou oito edifícios que ocupam a extensão de todo o terreno em que a implantação é muito maior. -----

----- Estas falácias que realmente são vendidas que se está a densificar, não se está a densificar nada, as pessoas podem dizer que não gostam das torres, é outra questão. Agora não vão atribuir qualidades às torres que elas não tenham, se a área de construção é rigorosamente a mesma, não há qualquer densificação, liberta mais terreno, naturalmente.-----

----- Por outro lado, disse que é uma das mais densas do Concelho, o problema não é esse,

estamos a falar de Planos aprovados, e dá a impressão que foi aprovado agora. -----

-----Estamos a falar de terreno urbano, sempre foi urbano, estava lá o matadouro, depois, esteve as oficinas, a Câmara resolveu o problema das oficinas para outro lado, e urbanizou o terreno, um terreno que já era urbano. -----

-----Uma zona com muita densidade? -----

-----Até ouvi este disparate “mal servida de transportes públicos”. -----

-----Os mesmos que defendem as cidades quinze minutos, em dez minutos, a pé, põem-se na Estação de Paço de Arcos e na de Santo Amaro. -----

-----Têm duas estações de caminho de ferro a dez minutos e não há transporte público? --

-----Não é demagogia pura? -----

-----Qualquer morador sabe isso. -----

-----E depois confundem participação com manipulação. -----

-----Eu já falei com vários moradores que me disseram, que assinaram sem ver o que estavam a assinar, puseram à frente uma coisa para assinar dizendo que era contra as torres, e assinaram, sem lhes explicar que as torres eram uma reconversão de prédios, que eram sete ou oito prédios, a área de construção é a mesma e que vai libertar terreno. -----

-----A isto se chama desinformação. -----

-----Depois dá a impressão que os eleitos pela extinta Coligação Evoluir Oeiras indicados pelo Bloco de Esquerda, para eles não se pode construir em lado nenhum. -----

-----O Plano Integrado de Paço de Arcos existe desde mil novecentos e oitenta e um/oitenta e dois, ainda eu não era Presidente da Câmara. -----

-----Plano Integrado de Paço de Arcos que terá sido revisto, porque aquilo incluía a ponte da Tapada do Mocho e julgo que isso foi antes, porque não havia propriamente uma ligação entre a Tapada do Mocho e aquela rotunda, havia uma coisa pequenina, um pontão pequenino e então terá sido feito um primeiro Plano Integrado de Paço de Arcos, chamado PIPA e depois julgo que



Câmara Municipal
de Oeiras

mil novecentos e noventa e três/noventa e quatro ficou concluído um plano de pormenor para aquela zona, que vai até à Rotunda das Cidades, que tem aqueles cavalos. -----

----- Essa bomba de gasolina já lá está prevista há muito tempo e não é ilegal. -----

----- Julgo saber que a bomba de gasolina é da Auchan, porque comprou esse terreno à massa falida do Pimenta & Rendeiro, onde estava essa bomba de gasolina, portanto, a bomba de gasolina estava aprovada no âmbito do Plano Integrado de Paço de Arcos, não foi nenhuma aprovação agora, apenas lhes foi emitida a licença para a instalação da bomba de gasolina. -----

----- Quanto à área verde, um corredor verde desde o SATUO até Porto Salvo, está tudo estudado, está previsto esse corredor verde, mas esse corredor verde não é um quilómetro para cada lado da linha de água, se fosse um quilómetro para cada lado da linha de água chegava à praia, são cinquenta metros em alguns casos. -----

----- Está prevista uma bacia de retenção por cima da A Cinco, logo a seguir à Rotunda das Oliveiras quem vira para Vila Fria e à esquerda vira para o Lagoas Parque, portanto, tudo isso, Senhor Vereador está aprovado, depois nada acontece, diz ele, é só construção de estradas, etc., mas os cidadãos querem mais estradas, mais parques de estacionamento, não tenha ilusões, eles não compram o vosso programa. -----

----- Pretendo trazer aqui à Câmara em breve, o Plano Estratégico da Parques Tejo, que, curiosamente, não é por acaso, não há coincidências, vem justamente referir os mesmos aspetos que o Plano de Mobilidade e do Tráfego que foi apresentado à Câmara há dias. -----

----- Isto é um sistema de vasos capilares e, portanto, para o transporte público fluir com mais eficiência, para ter uma média que chega aos trinta quilómetros por hora, por exemplo, tem que ter estradas e ruas, para que possa funcionar em condições, caso contrário, se não anda mais rápido que o transporte privado, as pessoas, por certeza, que não optam pelo transporte público. -

----- O Senhor Vereador nunca viu, por exemplo, a Praça Dionísio Matias, foi construída no último mandato. -----

-----O Senhor Vereador parece que não vê o Centro de Saúde Mental que está em construção e está quase pronto nesta zona.-----

-----O Senhor Vereador não vê o Auditório José de Castro, que é uma aspiração da população de Paço de Arcos de há muitos anos, de décadas e que, finalmente, está ali a nascer. --

-----Parece que não vê nada, se há localidade que tem vindo a ter transformações é Paço de Arcos, tem tido transformações significativas, aliás, isso, naturalmente que se nota na expressão do voto em eleições, porque estão satisfeitos. -----

-----Para o Senhor Vereador está tudo mal, é tudo negativo, é tudo ilegal, em vez de se questionar, primeiro, como é que a bomba de gasolina surgiu, onde é que estava a bomba de gasolina? -- -----

-----A bomba de gasolina estava aprovada no Plano Integrado de Paço de Arcos, se tivesse perguntado ou aqui, ou nos Serviços de Planeamento, dar-lhe-iam a resposta que está prevista no Plano Integrado de Paço de Arcos. -----

-----Não gostam naquele sítio? -----

-----Nós estamos a retirar bombas em Linda-a-Velha e estamos a tentar retirar uma bomba do meio urbano há cinco ou seis anos ou mais a tentar tirá-la, há situações razoáveis, porque ela está precisamente em meio urbano, está numa Avenida com casas por todos os lados, mesmo atrás da bomba há casas e portanto, está a ser desmantelada neste momento.-----

-----Aquela bomba ali ainda faz sentido, porque não está integrada propriamente no meio urbano, nas traseiras está a Ribeira passa a linha de água.-----

-----Mas seja como for, não se gosta, indemniza-se se for uma prioridade, no caso de Linda-a-Velha poderia fazer sentido, mas até é uma concessão e a concessão terminou e a Câmara Municipal, como era em terreno do domínio público não prorrogou a concessão. -----

-----Todas as bombas de gasolina que havia no Concelho, muitas delas autorizadas há setenta/oitenta anos se ficaram inseridas em meio urbano, obviamente que sendo uma concessão,



Câmara Municipal
de Oeiras

a Câmara Municipal termina a concessão, não renova.-----

----- Outra coisa é os proprietários de terrenos já destinados, não é uma concessão, o Plano de Pormenor já tinha aprovado a bomba de gasolina naquele local e, portanto, uns proprietários têm no terreno aprovado edifícios, aquele tinha uma bomba de gasolina, que faz parte do Plano de Pormenor de Paço de Arcos.-----

----- Vamos fazer um intervalo e vamos ouvir a Orquestra dos Navegadores.”-----

----- Nesta altura saiu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** e saíram definitivamente as **Senhoras Vereadoras Joana Baptista e Teresa Bacelar**.-----

17 - PROPOSTA Nº. 51/23 - DGREAE - CANDIDATOS CONTEMPLADOS COM BOLSA DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - LISTA DEFINITIVA RELATIVA AO ANO LETIVO 2022/2023:-----

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a lista definitiva de atribuição de novecentas e dezoito Bolsas de Estudo para o ano letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, a alunos do Ensino Superior Residentes no Concelho de Oeiras.-----

----- A atribuição de Bolsa de Estudo no valor unitário de mil quatrocentos e cinquenta euros, referente a dez prestações mensais de cento e quarenta e cinco euros, aos novecentos e dezoito candidatos, cifrando-se no montante global de um milhão trezentos e trinta e um mil e cem euros.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e hh), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de

fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -----

-----Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

-----II - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“A nossa intenção sobre este tema será sempre votar a favor. Mas tal não é possível nas atuais condições. Para tal votar dessa forma deveriam ser dadas aos Vereadores toda a informação sobre os processos destes alunos. -----

-----O RGPD parece que agora pode justificar tudo mas tal não é compreensível quando se trata de atribuição de verbas públicas.-----

-----Da mesma forma, ao longo desta ordem de trabalhos, inúmeras propostas teriam que ter os dados pessoais encriptados, de projetistas, de técnicos, de beneficiários, e tal não é possível nem legal. Incluir frases como a que está na proposta de deliberação “Info na proposta: Atentos os princípios do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE), dois mil e dezasseis barra seiscentos e setenta e nove, de vinte e sete de abril de dois mil e dezasseis, as evidências que sustentaram a análise e avaliações, assim como outros dados pessoais que integram as candidaturas, uma vez que não podem ser divulgados em canais digitais de livre acesso, encontram-se disponíveis para consulta no Departamento de Educação”. Tal não resolve o assunto e por isso fui conduzido à abstenção, lamentando-o.”-----

18 - PROPOSTA Nº. 52/23 - UJ - PROGRAMA TEMPO JOVEM 2023:-----

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o Programa Tempo Jovem dois mil e vinte e três, ficando em cabimento o valor de seiscentos mil euros, para fazer face aos pagamentos mensais



Câmara Municipal
de Oeiras

entre os meses de janeiro e dezembro de dois mil e vinte e três.-----

----- Fixar em três euros e cinquenta cêntimos, o valor por hora da compensação económica para tarefas administrativas e quatro euros, o valor por hora da compensação económica para tarefas de índole técnica, de acordo com a área de formação do jovem. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas f), g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. ----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- **II - O Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Saúda-se a reflexão e enquadramento que acompanhada a proposta de deliberação apresentada e que identifica questões que considero estratégicas para o sucesso do programa, nomeadamente, a auscultação e diagnóstico inicial e o compromisso dos serviços de investirem na tutoria destes jovens. -----

----- Sugere-se que a integração destes jovens seja acompanhada da realização de algumas sessões de esclarecimento aos técnicos que acompanharão os jovens, acerca do programa, dos seus objetivos e sobre o exercício de tutoria e mentorias.-----

----- Questiona-se a pertinência da criação e distribuição de brindes e materiais promocionais, considerando que a divulgação poderá ser melhor realizada se assentar na informação e divulgação a partir das escolas, associações e coletividades locais.-----

----- A inclusão de jovens sem o nono ano concluído - mencionada no enquadramento - não estará de acordo com as regras do programa, dirigido a quem tenha a escolaridade obrigatória completa, e deverá, na nossa opinião, ser bem ponderada e ser acompanhada de uma justificação

especial.” -- -----

19 - PROPOSTA Nº. 32/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO IDÁLIO DE OLIVEIRA, Nº. 8, 3º. D, BAIRRO ALTO DOS BARRONHOS, EM CARNAXIDE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Três, sita no Largo Idálio de Oliveira, número oito, terceiro D, no Bairro Alto dos Barronhos, em Carnaxide. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de vinte e dois euros e nove cêntimos, a partir do dia um de março de dois mil e vinte e três. -----

-----A elaboração de contrato administrativo de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

20 - PROPOSTA Nº. 33/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA LIBERDADE, Nº. 8, 2º. ESQº., BAIRRO DA ENCOSTA DA PORTELA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, situada na Rua da Liberdade, número oito, segundo esquerdo, no Bairro Encosta da Portela, em Carnaxide.-----

-----A fixação da renda no valor de cento e setenta e oito euros e quarenta e um cêntimos.

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

21 - PROPOSTA N.º. 34/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, N.º. 20, 2.º. ESQ.º., BAIRRO DE S. MARÇAL, EM CARNAXIDE: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, situada na Rua Alberto Osório de Castro, número vinte, segundo esquerdo, no Bairro de São Marçal, em Carnaxide. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos, calculada com base nos rendimentos atualizados deste agregado. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

22 - PROPOSTA N.º. 35/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AVENIDA RIO DE JANEIRO, N.º. 39, R/C DT.º., BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora**

Vereadora Carla Rocha, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Avenida Rio de Janeiro, número trinta e nove, rés-do-chão direito, no Bairro Bento de Jesus Caraça.-----

-----A fixação da renda, em regime de arrendamento apoiado, no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos.-----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

23 - PROPOSTA N.º. 36/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA JOSÉ AFONSO, BLC B1, BAIRRO LUTA PELA CASA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, situada na Rua José Afonso, Bloco B um, no Bairro Luta pela Casa.-----

-----A fixação da renda no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos, por um período de quatro meses.-----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

24 - PROPOSTA N.º 37/23 - DPE - IGREJA PAROQUIAL DE S. ROMÃO DE CARNAXIDE - CONSERVAÇÃO, RESTAURO E RESOLUÇÃO DE ANOMALIAS (NO INTERIOR) - BALANÇO DE TRABALHOS A MAIS E CÁLCULOS RELACIONADOS COM REVISÃO DE PREÇOS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento do montante de cinco mil quatrocentos e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos, ainda disponíveis, à Fábrica da Igreja Paroquial de São Romão de Carnaxide, relativos ao protocolo estabelecido com esta entidade.-----

----- A comunicação à entidade paroquial responsável pela igreja, do teor desta deliberação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e m) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, do Regime da regulação da obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares.-----

25 - PROPOSTA N.º 38/23 - DPE - IGREJA PAROQUIAL DE S. ROMÃO DE CARNAXIDE - CONSERVAÇÃO, RESTAURO E RESOLUÇÃO DE ANOMALIAS - PROTOCOLO 128/2018 - ÓRGÃO MUSICAL HISTÓRICO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar que a verba restante de dois mil e duzentos euros, correspondente ao apoio

contratualizado para dois mil e vinte e dois, possa ser prorrogada até à conclusão da montagem do órgão, prevista ocorrer em dois mil e vinte e três.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e) e m), e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto e nas alíneas c) e ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico, quanto à submissão da proposta à Assembleia Municipal.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, todos do Regime da regulação da obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares. -----

-----Após a votação entrou na sala a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**. -----

26 - PROPOSTA Nº. 39/23 - DPE - Pº. 18/DPE/2021 - REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM E ENVOLVENTE DO SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DA ROCHA, EM CARNAXIDE - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a ata número quatro, de reunião de júri, do relatório final de análise e a adjudicação da empreitada “Dezoito/DPE/dois mil e vinte e um - Requalificação do Jardim e Envolvente do Santuário de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, em Carnaxide”, à entidade Unikonstrói, Limitada, pelo valor de um milhão quatrocentos e setenta e cinco mil e novecentos euros, mais IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um valor global de um milhão quinhentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros,



Câmara Municipal
de Oeiras

com a seguinte programação plurianual prevista: -----

----- Para o ano de dois mil e vinte e três: setecentos mil e um euros e seis cêntimos, com IVA. -----

----- Para o ano de dois mil e vinte e quatro: oitocentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos, com IVA. -----

----- O prazo contratual é de quatrocentos e cinquenta dias para a execução da obra, nas condições expressas na proposta apresentada. -----

----- A notificação de todos os concorrentes da decisão de adjudicação na plataforma eletrónica Anogov, bem como notificar a entidade adjudicatária para a apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, no prazo de dez dias. -----

----- A minuta do contrato de Empreitada de Obras Públicas, a celebrar entre o Município de Oeiras e o adjudicatário. -----

----- A designação de Técnico Superior, como Gestor do Contrato. -----

----- Nos termos das alíneas a), e), k), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, bem como nas alíneas f), bb) e ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Número um, do artigo septuagésimo sexto, artigo septuagésimo sétimo e números três e quatro, do artigo centésimo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos quadragésimo sexto e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

27 - PROPOSTA Nº. 40/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, DESTINADO AO FORNECIMENTO DA RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO “MICROSOFT” POR UM PERÍODO DE 3 ANOS - PD Nº. 2-SIMAS/2023: --

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração na reunião de nove de janeiro de dois mil e vinte e três, na qual deliberou aprovar a abertura de procedimento por concurso público internacional, destinado ao fornecimento da Renovação do Licenciamento “Microsoft” por um período de três anos, com início em dois mil e vinte e três, pelo preço base global de quatrocentos e noventa e cinco mil setecentos e sessenta e seis euros e oitenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, devendo, face ao caráter plurianual do fornecimento em causa, ser considerado para efeitos cabimentais, no ano de dois mil e vinte e dois o valor de um euro - verba afeta por razões meramente internas e contabilísticas - no ano de dois mil e vinte e três o valor de cento e dez mil cento e setenta euros e quarenta cêntimos, no ano de dois mil e vinte e quatro o valor de cento e sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco euros e sessenta cêntimos, no ano de dois mil e vinte e cinco o valor de cento e sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco euros e sessenta cêntimos e no ano de dois mil e vinte e seis o valor de cinquenta e cinco mil oitenta e cinco euros e vinte cêntimos, todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com o contrato a observar a forma escrita, nomear o júri do concurso e delegar-lhe competências para a prática de todos os atos que lhe sejam delegáveis, no âmbito da abertura das propostas, elaboração de relatório preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos. -----

-----Aprovar as peças do procedimento, designar o gestor do contrato. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

28 - PROPOSTA Nº. 41/23 - DP - CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DA CAFETARIA LOCALIZADA NO TEMPLO DA POESIA - PARQUE DOS POETAS, COM A SOCIEDADE COLIBRI DOURADO, UNIPESSOAL, LDA.: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração de um novo contrato de cedência de utilização da Cafeteria localizada no Templo da Poesia - Parque dos Poetas (segunda fase) assinado com a Colibri Dourado, Unipessoal, Limitada, com a duração de dois anos, nos termos da minuta. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ee), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos segundo, quinquagésimo segundo, número dois, alínea a) e quinquagésimo quarto, número um, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, artigo sétimo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. ----

----- Artigo sexto, número dois, alínea b), da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

29 - PROPOSTA Nº. 42/23 - DGSH - RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA DR. VÍTOR SÁ MACHADO, Nº. 8, R/C, BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar na qualidade de proprietária da

habitação social sita na Rua Doutor Vítor Sá Machado, número oito, rés-do-chão C, no Bairro Páteo dos Cavaleiros, a resolução do contrato de arrendamento celebrado em um de janeiro de dois mil e dez, com fundamento na entrega do fogo livre de pessoas e bens.-----

-----Nos termos da alínea i), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, conjugada com a alínea g), no número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

30 - PROPOSTA Nº. 43/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO GOMES LEAL, Nº. 9, 3º. DTº., BAIRO DE S. MARÇAL, EM CARNAXIDE: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a elaboração de contrato de arrendamento apoiado relativo ao fogo sito na Rua António Gomes Leal, número nove, terceiro direito, no Bairro de São Marçal, em Carnaxide. -----

-----A fixação da renda em regime de arrendamento apoiado no valor de cinquenta euros e noventa e sete cêntimos. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

31 - PROPOSTA Nº. 44/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA AZEREDO



Câmara Municipal
de Oeiras

PERDIGÃO, N.º 3, R/C DTO., BAIRRO DO POMBAL: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, situada na Rua Azeredo Perdigão, número três, rés-do-chão direito, no empreendimento municipal do Bairro do Pombal, com revogação do anterior contrato.-----

----- A aplicação da renda no montante de duzentos e trinta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos, de acordo com os rendimentos do agregado familiar; -----

----- A elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

32 - PROPOSTA N.º. 45/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, N.º. 4 A, BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Zero, situada na Rua Alberto Osório de Castro, número quatro A, no empreendimento municipal da Encosta da Portela.-----

----- A aplicação da renda no montante de setenta e cinco euros e catorze cêntimos. -----

----- A elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

33 - PROPOSTA Nº. 46/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA FRANCISCO MANUEL DE MELO, Nº. 26, 1º. ESQº. RETAGUARDA, BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA:

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Um, sito na Rua Francisco Manuel de Melo, número vinte e seis, primeiro esquerdo retaguarda, no Bairro Bento de Jesus Caraça, com revogação do anterior contrato. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de oito euros e oitenta e seis cêntimos. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

34 - PROPOSTA Nº. 47/23 - DPE - EMPREITADA “39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL” - APROVAÇÃO DA 11ª. REVISÃO DE PREÇOS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta



Câmara Municipal
de Oeiras

subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a décima primeira revisão de preços, no montante de cinquenta e seis mil setenta e sete euros e dez cêntimos, sobre as faturas já emitidas pelo empreiteiro, “Tecnorém - Engenharia e Construções, Sociedade Anónima”, no âmbito da empreitada “Trinta e nove/DPE/dois mil e dezanove - Bombeiros Voluntários de Oeiras - Novo Quartel”, conforme cálculo apresentado. -----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei número setenta e três, de dois mil e vinte e um, de dezoito de agosto e Aviso número oito mil duzentos e quarenta e oito, de dois mil e vinte e um, publicado no Diário da República número oitenta e seis, segunda série, de quatro de maio de dois mil e vinte e um. -----

35 - PROPOSTA Nº. 48/23 - GMA - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 3º. TRIMESTRE DE 2022, DA MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria reafirmar aquilo que foi a posição do Partido Socialista na última Assembleia Municipal em que falámos sobre a Municípiã e da necessidade de podermos avaliar e acompanhar a evolução desta empresa que, de facto, nos levanta algumas dúvidas.” -----

----- Interveio o **Senhor Presidente**: -----

----- “Foi pedido à Administração da Municípiã que apresentasse, com a maior urgência, um relatório relativamente àquilo que são as dificuldades, o que tem sido o percurso dos últimos anos e qual é a perspetiva da Administração relativamente à atividade, quer global, quer sectorial, da Municípiã, tendo em vista a Câmara Municipal poder apreciar qual é o futuro da Municípiã, designadamente se haverá alguma alteração a fazer relativamente à sua natureza estatutária. -----

----- Em breve será apresentado.” -----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade da entidade participada, do Relatório Trimestral de Execução Orçamental referente ao terceiro trimestre de dois mil e vinte e dois, da “Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima”. -----

-----Submeter à Assembleia Municipal de Oeiras, a proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

-----Nos termos da alínea e), do número um, do artigo quadragésimo segundo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

36 - PROPOSTA N.º 49/23 - GMA - RELATÓRIO DO 1.º SEMESTRE DE 2022, DA PARQUES TEJO, E.M.:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Queria dar nota relativamente a este relatório, que estamos a apreciar relatórios com um grande atraso e até um pouco já fora de tempo.-----

-----Dávamos aqui esta nota que é necessário ter alguma atenção para que possamos avaliar isto em tempo e não de forma extemporânea.”-----

-----Interveio o **Senhor Presidente:**-----

-----“Será feita insistência junto da Administração para cumprir os prazos.”-----

-----Usou da palavra o **Senhor Vice-Presidente:**-----

-----“Como disse o Senhor Presidente, vamos insistir para o cumprimento de prazos e ter a atenção também de todos os Senhores Vereadores para a data de entrada em funções de nova Administração.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Seguidamente, comentou o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

----- “Nós não concordamos com toda a política de mobilidade que tem sido feita por este Excessivo, subsídio que é feito ao aumento de estacionamento e até aproveitava esta questão para perguntar ao Senhor Presidente, porque eu não consigo encontrar, mas que se calhar o Senhor Presidente tem e, se tivesse, gostava muito que me arranjasse um cartaz seu, de há não sei quanto tempo, que eu era miúdo mas lembro-me, quando o Presidente ainda gostava mais do PSD que do PS, que dizia assim: “Você vai ter o seu lugar.”. -----

----- Lembra-se desse cartaz? -----

----- Eu não encontro isso em lado nenhum, não havia “Internet”. Eu pergunto se o Senhor Presidente o pode ter, porque acho que era muito interessante debatermos esse cartaz passados estes anos todos, porque, de facto, esta coisa de continuarmos a aumentar o estacionamento sem haver uma política integrada, não vai resolver o problema, como se vê, é uma promessa que nunca é cumprida.-----

----- As pessoas querem, claro, as pessoas não conseguem estacionar o carro, a primeira coisa que pedem é um estacionamento, isso é óbvio, tal como as pessoas que têm fome pedem comida, ninguém tem tempo para estar a ver as coisas de outra forma, mas já passou tanto tempo, que se calhar, era bom. Não sei se mandou esse cartaz para a Efêmera, que eles guardam os cartazes todos, mas se tiver agradecia imenso.” -----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Eu tenho esses cartazes todos, eu gosto de colecionar isso e dou-me ao cuidado de os enviar todos para o Pacheco Pereira, que tem uma coleção extraordinária dessas coisas. -----

----- Eu recordo-me muito bem desse cartaz e, por exemplo, neste mandato, nós vamos ter cerca de mil e oitocentos a dois mil lugares de estacionamento, o que quer dizer que vamos cumprindo. -----

----- Obviamente que onde vocês não veem qualquer integração, nós vemos. Vocês só

apontam para um lado, a integração é transporte público, transporte público rodoviário e transporte público ferroviário. -----

-----Dentro do transporte público, está a funcionar agora a Carris Metropolitana e ainda temos uma margem de cerca de vinte por cento de melhoria relativamente àquilo que está em curso, vinte por cento sem pagar mais, portanto, são ajustamentos que têm que se fazer agora. ---

-----Por outro lado, introduzimos, como sabem, as bicicletas, as trotinetas, estamos a fazer ciclovias, estamos a fazer mais estradas, estamos a fazer mais estacionamento, estamos a pôr mais carregadores elétricos, vamos ter zonas de trinta quilómetros, vamos procurar criar condições para uma melhor fluidez, mais cerradas, claro, portanto, tudo isto é integrado, se não o fosse não trabalhávamos em tudo ao mesmo tempo. -----

-----Quanto ao estacionamento, obviamente que não há um lugar de estacionamento para cada pessoa, porque ainda não conseguimos, como também ainda não conseguimos uma casa para cada família, também gostaríamos de ter uma casa para cada família, estamos a fazer por isso. -----

-----No contexto da Área Metropolitana de Lisboa, apesar de tudo, o Senhor Vereador Duarte da Mata sabe que somos os melhores, em matéria de habitação somos o Concelho que tem, neste momento, melhores condições de habitabilidade, visto que praticamente todos os outros ainda têm umas centenas, alguns deles milhares, de barracas, portanto, nessa matéria, estamos bem. -----

-----Neste momento, o transporte público é usado por cerca de trinta e quatro a trinta e cinco por cento dos utentes, cinquenta e quatro por cento utilizam o transporte privado e vinte por cento andam a pé, o que é uma coisa notável no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, só somos batidos por Lisboa, só Lisboa é que nos bate no que diz respeito ao número ou percentagem de pessoas que andam a pé dentro do território, só o Senhor Vereador é que não vê, porque não quer. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Ainda há dias foi apresentado aqui o Plano de Mobilidade e Tráfego, onde mostra toda a integração que nós pretendemos e estamos a desenvolver, em função da melhor mobilidade, agora, com certeza que quando se diz “vamos fazer tantos parques de estacionamento, tantos lugares de estacionamento,” é uma visão programática, o objetivo é cumprir, mas nem sempre se consegue. A VLS, que vocês não gostam, já devia estar feita, mas ainda não conseguimos, a VLN, está o projeto a desenvolver-se, não é só estacionamento, na realidade a nossa ambição é tanta que nós ainda não conseguimos realizar todas as nossas ambições, mas continuamos a lutar por isso.” -----

----- II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade da entidade participada, do Relatório do primeiro semestre dois mil e vinte e dois, da Parques Tejo, Empresa Municipal, bem como a informação semestral sobre a situação económica e financeira do primeiro semestre, prestada pelo Fiscal Único. -----

----- A submissão à Assembleia Municipal de Oeiras, da presente proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais.-----

----- Nos termos das alíneas e) e f), do número um, do artigo quadragésimo segundo e na alínea h), do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

----- Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

----- Alínea c), do número um, do artigo décimo primeiro, dos Estatutos da Parques Tejo, Empresa Municipal. -----

**37 - PROPOSTA Nº. 50/23 - GMA - RELATÓRIO E CONTAS 1º. E 2º. TRIMESTRE 2022”,
“RELATÓRIO E CONTAS 1º. SEMESTRE 2022, DA OEIRAS VIVA - GESTÃO DE**

EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** disse o seguinte:-----

-----“Este também tem algum atraso, mas a pergunta que eu queria fazer refere-se à página doze do anexo um, há um subsídio negativo à Piscina de Barcarena, gostava de perceber a razão.”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte:-----

-----“A Piscina de Barcarena está em obras.”-----

-----Volveu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho:** -----

-----“Então é uma devolução do subsídio, só queria confirmar isso.”-----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade da entidade participada, do “Relatório e Contas do primeiro trimestre dois mil e vinte e dois” e do “Relatório e Contas do segundo trimestre dois mil e vinte e dois”, bem como do “Relatório e Contas do primeiro semestre de dois mil e vinte e dois”, com Parecer do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira da empresa Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal. ---

-----A submissão à Assembleia Municipal de Oeiras, da presente proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais.-----

-----Nos termos das alíneas e) e f), do número um, do artigo quadragésimo segundo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto, alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Alínea c), do número um, do artigo décimo primeiro, dos Estatutos da Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal. -----

38 - PROPOSTA Nº. 53/23 - UPAG - REEMBOLSO DA PERPETUIDADE DO JAZIGO



Câmara Municipal
de Oeiras

MUNICIPAL N.º 1169, 4.º PISO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Susana Duarte**, aprovar o reembolso do montante de dois mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos, correspondente à diferença entre o valor pago inicialmente pela ocupação perpétua do Jazigo Municipal (dois mil quatrocentos e noventa e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos) e o valor devido pela anuidade de dois mil e vinte e dois, do referido Jazigo (quarenta e sete euros e trinta e sete cêntimos). -----

----- A reversão do Jazigo Municipal número mil cento e sessenta e sete, quarto piso para esta Câmara Municipal. -----

----- A comunicação da presente deliberação à requerente. -----

----- Nos termos do artigo quadragésimo, do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, publicado pelo Edital número quatrocentos e quarenta e oito, de dois mil e dez. -----

39 - PROPOSTA N.º 54/23 - DP - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE PARTE DELIMITADA DO MERCADO MUNICIPAL DE PAÇO DE ARCOS: -----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** mencionou o seguinte: -----

----- “Não consegui perceber pela proposta que alterações houve, porque o concurso ficou deserto e não se percebe quais são as alterações e por que é que agora não vai ficar.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** perguntou:-----

----- Quantas vezes é que este concurso já abriu?-----

----- Julgo que é a terceira vez que estamos a abrir este concurso e uma das questões que

também tínhamos era saber quais são as alterações relativamente ao anterior, que julgo ficou deserto, não houve ninguém a concorrer.-----

-----Sugeríamos que, se este também ficar vazio novamente, se calhar, fazer, eventualmente, um concurso de ideias, para ver se é possível encontrar uma solução que possa suscitar interesse neste concurso.-----

-----Também gostaríamos de saber quais são as alterações relativamente ao anterior que ficou vazio.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu:-----

-----“Começando pelo Senhor Vereador Duarte da Mata, é muito fácil a questão, não houve alterações nenhuma, nem sequer no preço, há uma alteração se não me engano no prazo, porque abrimos recentemente um concurso, fechámo-lo recentemente e, entretanto, depois do prazo vieram alguns interessados à Câmara dizer que tinham intenção de se candidatar, mas que não o fizeram em tempo, abrimos para permitir que se candidatem.-----

-----A pergunta da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho é mais complexa, abrimos três vezes, abrimos uma primeira vez, se não me engano, chegámos à assinatura do contrato ou à fase prévia da assinatura.-----

-----Havia três interessados, coincidiu com o início da pandemia e, nessa altura, o primeiro não quis, o segundo não aceitou e o terceiro também não.-----

-----Abrimos uma segunda vez neste verão, que não teve candidatos interessados e estamos a abrir agora, uma vez que se dirigiram à Câmara para dizer que nas condições que foi lançado concurso teriam interesse, nós abrimos para permitir que apresentem propostas em condições de igualdade.-----

-----Concurso de ideias nestas questões não funciona, porque, na verdade, estes concursos são quase concursos de ideias.-----

-----Recordo-me que abrimos Linda-a-Velha, Paço de Arcos e Oeiras todos ao mesmo



Câmara Municipal
de Oeiras

tempo, com um prazo de noventa ou sessenta dias, um prazo alargadíssimo e sem objeto definido, porque queríamos que os interessados nos apresentassem as melhores ideias para a dinamização destes espaços, porque a única certeza que tínhamos e temos é que são espaços em zonas nobres, em edifícios amplos, com uma utilização que pode ser em termos de horário e de funcionamento muito mais alargado do que é hoje em dia, porque funciona em horário de venda tradicional, das sete ou das oito horas até às treze/catorze horas, durante o resto do tempo está fechado.---

----- Pela Europa e por Portugal tem acontecido este movimento de captação de novos públicos e novos negócios, que vêm também reforçar a clientela dos negócios existentes.-----

----- Tem sido este o raciocínio sem pré-conceitos, ou seja, permitindo que o mercado e as ideias venham de quem os vai explorar e de quem vai fazer o investimento necessário para os negócios.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a decisão de contratar, através de um procedimento, por concurso público, para a concessão de exploração de parte delimitada do Mercado Municipal de Paço de Arcos.-----

----- O programa do procedimento e respetivos anexos e o caderno de encargos e respetivos anexos do concurso público.-----

----- A designação dos elementos que compõem o Júri, a quem compete a condução do procedimento:-----

----- Autorizar a delegação, no júri do procedimento, das devidas competências. -----

----- Fixar em trinta dias o prazo para apresentação de propostas. -----

----- Designar o Chefe de Divisão do Património, como gestor do contrato. -----

-----Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto e alínea j), do artigo décimo quarto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigo vigésimo quarto, alínea i) e alínea p), do número um, do artigo vigésimo quinto, alínea f), alínea qq) e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo trigésimo segundo, da Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio. --- -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

40 - PROPOSTA Nº. 55/23 - DCH - EMPREITADA “67/DPCHM/2022 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BAIRRO DOS NAVEGADORES - FASE II - PORTO SALVO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara exarado na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/setecentos e vinte e três, constando de: -----

-----Aprovação do projeto de execução na sua atual revisão; -----

-----Aprovação da retificação da decisão de contratar e a abertura do procedimento por concurso público simplificado, sem publicidade internacional, e respetiva autorização de despesa, para a adjudicação da empreitada de obras públicas com a designação sessenta e sete/DPCHM/dois mil e vinte e dois - Requalificação do Espaço Público no 0Bairro dos Navegadores - Fase dois, em Porto Salvo. -----

-----Aprovação do preço base de um milhão quatrocentos e sete mil quinhentos e doze



Câmara Municipal
de Oeiras

euros e sessenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com o prazo de execução da empreitada de setecentos e trinta dias, distribuídos por trezentos e sessenta e cinco dias em obra e trezentos e sessenta e cinco dias de manutenção de espaços verdes. -----

----- Aprovação da retificação das peças do procedimento, constituídas por programa de procedimento e caderno de encargos. -----

----- Nos termos da Lei número trinta, de dois mil e vinte e um, de vinte e um de maio, com as alterações decorrentes da Lei número setenta e oito, de dois mil e vinte e dois, de sete de novembro, alínea a), do artigo segundo e artigo sexto e o demais previsto no artigo décimo primeiro e número um, do artigo décimo sétimo. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, alínea c), do número um e alínea a), do número dois, do artigo décimo sexto e alínea b), do artigo décimo nono. -----

----- Número um, do artigo trigésimo sexto e trigésimo oitavo, alínea c), do número um e dois, do artigo quadragésimo. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro e número três, do artigo trigésimo quinto. -----

----- Código do Procedimento Administrativo, artigo centésimo sexagésimo quarto, número um. -----

41 - PROPOSTA N.º 56/23 - DP - ADENDA AO CONTRATO N.º 309/2020, DE 08/06/2020 E À LICENÇA DE USO PRIVATIVO DE 14/01/2022, DECORRENTE DA FUSÃO POR INCORPORAÇÃO DE SOCIEDADES COMERCIAIS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a transmissão da posição da contratante

Mobiletric, Limitada, a favor da Petrogal, Sociedade Anónima, na sequência da fusão por incorporação entre a Mobiletric, Limitada e a Petrogal, Sociedade Anónima. -----

-----A minuta de adenda ao contrato de concessão de uso privativo de espaço público para a instalação de catorze pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras (contrato de concessão número trezentos e nove, de dois mil e vinte, de oito de junho de dois mil e vinte). -----

-----A minuta de adenda à Licença de Uso Privativo outorgada a catorze de janeiro de dois mil e vinte e três, tendo por objeto cinco parcelas de terreno integradas no domínio público municipal, com aproximadamente vinte e seis metros quadrados cada uma, para a instalação de cinco pontos de carregamento (um ponto de carregamento rápido e quatro pontos de carregamento ultra rápidos) de baterias de veículos elétricos em locais públicos de acesso público no Concelho.-----

-----E que nesta conformidade a Petrogal, Sociedade Anónima, passe a assegurar na íntegra, a continuidade e a regularidade da prestação de serviço de operador dos pontos de carregamento concessionados, bem como o cumprimento dos deveres nos exatos termos em que eram até aqui garantidos pela Mobiletric, Limitada.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo segundo e trigésimo terceiro, número um, alíneas g) e qq), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigo nonagésimo sétimo, número um e número quatro, alínea a), do Decreto-Lei número duzentos e sessenta e dois, de oitenta e seis, de dois de setembro. -----

-----Artigos tricentésimo décimo sétimo, número um, alínea b) e tricentésimo décimo oitavo, número um, alínea a) e número dois, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigo centésimo quarto, número um, alínea d) e artigo centésimo oitavo, número um, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

**42 - PROPOSTA N.º. 57/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AVENIDA DOS
CAVALEIROS, N.º. 18, 2.º. A, BAIRRO OUTURELA/PORTELA: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Três, sita na Avenida dos Cavaleiros, número dezoito, segundo A, no Bairro Outurela/Portela. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de cento e oitenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos. - -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

**43 - PROPOSTA N.º. 58/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA JOAQUIM
MATIAS, N.º. 46, R/C, BAIRRO DA RIBEIRA DA LAGE: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, situada na Rua Joaquim Matias, número quarenta e seis, rés-do-chão C, no empreendimento municipal da Ribeira da Lage, com revogação do anterior contrato. -----

----- A elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado.-----

----- A aplicação da renda no montante de cento e vinte e três euros e oitenta cêntimos, de

acordo com os rendimentos do agregado familiar.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

44 - PROPOSTA Nº. 59/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO NKO - NÚCLEO DE KARATÉ DE OEIRAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Associação Núcleo de Karaté de Oeiras (NKO), no valor de três mil e quatrocentos euros, para apoio a aulas de karaté para dez crianças identificadas como estando em situação de carência económica, duas vezes por semana, de setembro de dois mil e vinte e dois a junho de dois mil e vinte e três, mais os valores da inscrição na federação e do seguro desportivo. -----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo



Câmara Municipal
de Oeiras

Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.- -----

45 - PROPOSTA Nº. 60/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CRESCER SER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DOS MENORES E DA FAMÍLIA / CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO “CASA DO PARQUE”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Casa do Parque, no valor de sete mil euros e que corresponde a cerca de cinquenta por cento das despesas correntes e que resultam da atividade diária e do acompanhamento que é feito às crianças residentes.-----

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea o), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo primeiro, alínea a), do número um, do artigo terceiro e artigos quinto e oitavo, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, alterada pela Lei número cinquenta e oito, de dois mil e vinte, de trinta e um de agosto. -----

46 - PROPOSTA N.º 61/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL - ANDDI - PARA APOIO AOS CAMPEONATOS DA EUROPA DE SÍNDROME DOWN SUDS - ITÁLIA 2023:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de mil euros, à Associação Nacional de Desporto para o Desenvolvimento Intelectual - ANDDI - para apoio aos Campeonatos da Europa de Síndrome Down (SUDS) - Itália dois mil e vinte e três.-----

-----A minuta de contrato programa.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos do artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas f) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e nove, de um de outubro. -

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

47- PROPOSTA Nº. 62/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A DIVERSAS ENTIDADES PARA APOIO À DESLOCAÇÃO EM SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TÁXI: -----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte intervenção:-----

----- “A questão dos táxis, agora estamos a transportar as pessoas para o Centro de Saúde do Restelo, certo?”-----

----- Atalhou o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “Onde, temporariamente, têm que ser atendidas.”-----

----- Prosseguiu o **Senhor Vereador Duarte da Mata**:-----

----- “Mas esta questão, para ali, é um bocado diferente da situação da Outurela, porque, de facto, para todos os efeitos as pessoas de Algés quando vão ao Hospital já vão ali, porque o

Hospital São Francisco Xavier é mesmo ao lado, que é o Hospital que eu também uso.” -----

-----Interrompeu o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“Estas pessoas não vão para o Hospital, são as que vão a consultas regulares.” -----

-----Volveu o **Senhor Vereador Duarte da Mata:** -----

-----“Há de tudo, no Centro de Saúde também há consultas com marcação, portanto estamos a transportar de táxi para um sítio e não estamos para outro, num local onde eu acho que agora existe acessibilidade, a partir de Algés.” -----

-----Esclareceu o **Senhor Presidente:** -----

-----“Não, Senhor Vereador Duarte da Mata, o que existe são clientes do Centro de Saúde de Algés, que está fechado em parte. Das duas, uma: ou iam para o Centro de Saúde de Linda-a-Velha, ou Carnaxide ou Restelo. -----

-----Por razões de natureza logística, ao que parece, os Centros de Saúde de Linda-a-Velha e Carnaxide estão cheios e não têm condições de receber aquelas pessoas. Como é o mesmo Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), canaliza as pessoas para o Restelo e a Câmara Municipal, considerando que têm que sair da sua zona de influência, paga o transporte. Não é para o Hospital São Francisco Xavier, é para o Centro de Saúde do Restelo.” -----

-----Salientou o **Senhor Vereador Duarte da Mata:** -----

-----“Certo, mas a paragem de autocarro em que saem é a mesma e nós não devíamos continuar a fomentar, porque para transportes especiais existem as Corporações de Bombeiros, penso eu.” - -----

-----Fundamentou o **Senhor Presidente:** -----

-----“Este serviço é maioritariamente para idosos, são pessoas que normalmente iam a pé para o Centro de Saúde de Algés e que se torna difícil irem a pé para o Restelo. -----

-----Não tenho neste momento os números certos, mas falei esta semana com a Senhora Vereadora Teresa Bacelar, e verifiquei que era um número mínimo de pessoas que utiliza o



Câmara Municipal
de Oeiras

serviço, não é significativo e é especialmente para os mais idosos.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de participação financeira às entidades abaixo discriminadas, no montante global de quatro mil quinhentos e vinte e um euros e oitenta e cinco cêntimos, distribuídas da seguinte forma:-----

----- À Cooperativa de Rádio Táxis Alto da Barra, o montante de três mil cento e noventa euros e cinquenta cêntimos; -----

----- À Multitáxis - Cooperativa de Rádio Táxis de Oeiras, o montante de mil trezentos e trinta e um euros e trinta e cinco cêntimos.-----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

48 - PROPOSTA N.º. 63/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS:-----

-----I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Há dez entidades que recebem trinta mil euros e o Centro Social e Paroquial de São Julião da Barra recebe cinquenta mil euros, não há uma justificação muito clara na proposta para isto, era só para clarificar esta diferença.”-----

-----Interveio o **Senhor Presidente**: -----

-----“Tem a ver com o número de beneficiários.”-----

-----Esclareceu a **doutora Ivone Afonso**:-----

-----“Tem a ver exclusivamente com o volume processual.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira às entidades abaixo discriminadas, no montante global de trezentos e cinquenta mil euros: -----

-----Entidades - Montante:-----

-----Centro Social Paroquial Cristo Rei de Algés - trinta mil euros; -----

-----Centro Social Paroquial de Barcarena - trinta mil euros; -----

-----APOIO - Centro de Solidariedade Social - trinta mil euros; -----

-----Centro Social Paroquial Senhor Jesus dos Aflitos - trinta mil euros; -----

-----Centro Social Paroquial São Romão de Carnaxide - trinta mil euros; -----

-----Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo - trinta mil euros; -----

-----Centro Social Paroquial São Julião da Barra - cinquenta mil euros; -----

-----Núcleo de Instrução e Beneficência - trinta mil euros;-----

-----Centro Comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores - trinta mil euros; -----

-----Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - trinta mil euros; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Centro Social Paroquial São Miguel de Queijas - trinta mil euros.-----

----- O compromisso do Município em: -----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

----- A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

49 - PROPOSTA N.º. 64/23 - SMPC - AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DAS PROPINAS RELATIVAS À FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA - ANO LETIVO 2022/2023, MESES DE JANEIRO A MAIO INCLUSIVE: -----

----- Nesta votação não participaram os **Senhores Vereador Armando Soares e Ana Filipa Laborinho** devido ao ausência momentânea. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Nuno Neto,

Carla Rocha e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento das propinas dos onze bombeiros relativas aos meses de janeiro a maio de dois mil e vinte e três inclusive, à Universidade Atlântica, no valor de dezassete mil oitocentos e vinte euros, a ser utilizado mediante apresentação de faturas. -----

-----Nos termos do artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto.-- -----

50 - PROPOSTA N.º 65/23 - DPOC - RECONHECIMENTO DA CONCESSÃO DA REDUÇÃO DE 25% DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), APLICÁVEL PARA PRÉDIOS URBANOS COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o reconhecimento de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o requerente descrito conforme processo número: P um/dois mil e três/cento e cinco/zero, artigo matricial mil duzentos e onze, fração A, da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, com o Código da Freguesia cento e onze mil e catorze. -----

-----Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, alterado pela Lei número cinquenta e um, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro, artigos centésimo décimo segundo e centésimo décimo segundo-A, com a redação dada pela Lei número sete-A, de dois mil e dezasseis, de trinta de março, com as alterações



Câmara Municipal
de Oeiras

introduzidas pela Lei número cento e catorze, de dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro, ao Decreto-Lei número duzentos e quinze, de oitenta e nove, de um de julho.-----

51 - PROPOSTA N.º. 66/23 - DPU - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DO ALTO DA BOA VIAGEM - AJUSTAMENTO AO ARTIGO 33.º. DO REGULAMENTO P1/2010/143 - FOZ DO TEJO - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO: -----

----- I - O Senhor Vereador Duarte da Mata fez a seguinte intervenção:-----

----- “Até ontem não estavam os documentos todos e, portanto, é uma proposta que foi analisada com pouco tempo, porque nós não conhecemos o histórico e já tem alguns anos. -----

----- A questão do desenho é importante. O Senhor Presidente se calhar vai responder dizendo que as coisas têm direitos adquiridos e que não vale a pena nós dizermos nada, porque as coisas já estão aprovadas e que vivemos de barriga cheia, etc., mas passando essa parte à frente, a verdade é que isto é um mau projeto para aquele sítio, aparentemente, pelo desenho vê-se que não tem em conta as questões topográficas.-----

----- Eu acho que aquilo tem alguma capacidade edificatória, do ponto de vista ecológico não tenho dúvidas disso, é um terreno que, em todo o caso, devia ter ficado para a expansão do Jamor, porque o Jamor precisava de ser expandido e só poderia expandir-se para ali. -----

----- Mas, em todo o caso, há privados, etc..-----

----- Estas alterações do Regulamento, eu não sei se nós podemos alterar um Regulamento, sem fazer uma consulta pública, é uma pergunta que faço, porque estes regulamentos são publicados na altura em que o loteamento é aprovado. -----

----- Contudo, nós achamos que esta proposta está completamente fora de prazo, aliás, pelo tempo que ela demorou a executar, é uma proposta que com muita dificuldade se pode aceitar que este solo tivesse as características urbanas de acordo com o RJIGT, como se viu na altura, porque a única coisa que serve aquele terreno é um autocarro, uma paragem de autocarro, portanto, toda aquela área vai ser construída com base no automóvel individual. -----

-----Entretanto, queria perguntar se, no Regulamento que foi colocado ontem, o artigo trinta e três que lá está já está alterado ou se é o antigo, porque não vejo diferenças entre um e outro, entre o artigo trinta e três que está na pasta e o artigo trinta e três anterior, para ver as alterações que foram feitas.” -----

-----Seguidamente, interveio a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**: -----

-----“Nós, daquilo que vimos na proposta, se percebi, propõe-se fasear este projeto tendo em conta a urgência que existe para fazer ali uma obra da Cidade do Futebol.” -----

-----Atalhou o **Senhor Presidente**: -----

-----“Pretende-se fasear agora o loteamento justamente para permitir a antecipação do terreno para a construção do pavilhão.” -----

-----Volveu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**: -----

-----“Exatamente, a construção do pavilhão. Mas a questão que eu queria colocar era se não devia estar no Regulamento o número de fases, que serão duas, portanto, é a primeira fase para a construção deste pavilhão e depois a outra fase, que é o resto da obra que ali se prevê, era isto que eu queria perguntar, se estão previstas só duas fases, ou serão mais que duas fases.”-----

-----Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“O arquiteto Luís Serpa ou o arquiteto Baptista Fernandes poderão responder a isso, mas eu não posso deixar de fazer uma nota. -----

-----De acordo com o observável empiricamente e de acordo com os conhecimentos que eu tenho e que me referem, Oeiras é um exemplo de ordenamento do território a nível da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Eu estou à espera que me mostrem um território com um melhor ordenamento do que Oeiras. -----

-----Para o Senhor Vereador Duarte da Mata, não há nada, não viu nada, nem um único projeto que seja um bom exemplo, é tudo mau, desde que é Vereador aqui, tudo o que aqui vem



Câmara Municipal
de Oeiras

em matéria urbanística é tudo mau, ainda não viu nada de bom.” -----

----- Acrescentou o **Senhor Vice-Presidente:** -----

----- “Senhor Vereador Duarte da Mata, com toda a honestidade e frontalidade, deixe-me dizer-lhe uma coisa.-----

----- Hoje, o que o Senhor Vereador disse, foi a coisa mais grave que eu ouvi nesta Câmara desde que sou Vereador. -----

----- Quando se diz que o projeto está datado e que está fora de tempo e que até se vê pelo tempo que já passou desde que começou, deixe-me dizer que é a pior coisa que se pode dizer num País que está sedento de investimento. Sedento. Isso é um argumento ‘ad terrorem’ para qualquer bom investidor investir em Portugal. -----

----- Nenhum bom investidor quer investir num País onde se diz: “vamos estrangulá-lo em burocracia, até o projeto estar devidamente datado e aí se vê que não faz sentido e não pode ser aprovado”. Eu digo-lhe isto com toda a honestidade, não pode ser assim. Não pode ser assim que governamos o nosso País, não pode ser assim. -----

----- Nós temos projetos de centenas de milhões de euros de investimento, nós podemos concordar ou não concordar com eles, mas depois da legislação portuguesa e das instituições portuguesas fazerem os investidores percorrerem autênticos calvários dizer assim: “como podem ver, o projeto não é bom, porque se fosse bom já estaria aprovado”. -----

----- Sabe o que é que sobra no fim?-----

----- Os oportunistas. -----

----- Quem vem perante um contexto de dificuldade burocrática, de uma malha burocrática tão dura, tão complexa, que aterroriza qualquer bom investidor, no fim sobram os oportunistas. -----

----- Os casos sucedem-se no mundo. Nos contextos em que a malha burocrática e que dificuldades sucessivas são colocadas aos investidores, os bons investidores vão embora, porque

os bons investidores gostam de leis claras e transparentes. A nossa já é difícil o suficiente para que nós não aterrorizemos com mais esse tipo de argumentos.”-----

-----Realçou o **Senhor Presidente**: -----

-----“Não se pode pôr em causa, todos os dias, situações que estão mais do que consolidadas, portanto, estamos a falar de um território que tem um plano aprovado há muito tempo, um plano estratégico, não faz qualquer sentido que cada vez que, eventualmente, mude uma Vereação se ponha em causa, se conteste, etc..-----

-----Daqui a pouco só falta dizer que também não é legal. -----

-----Querem expandir, agora expande-se tudo, o Estádio Nacional, o Complexo do Jamor, ainda não vi, de facto, nada de construtivo, quer dizer, é não fazer, é só posições negativas, é uma coisa extraordinária. Dá a impressão que, neste momento, não se pode construir absolutamente nada neste território.-----

-----Isto não começou connosco, agora. O território veio sendo planeado desde há mais de setenta anos, ainda ontem à noite falávamos do Plano de Urbanização da Costa do Sol, os territórios aqui à volta, e este de Oeiras e Cascais curiosamente até é dos melhores planeados da Área Metropolitana de Lisboa.-----

-----Não se pode estar sistematicamente a pôr em causa isto. É o Porto Cruz que é para ampliar o Estado Nacional, é a Boa Viagem que é para ampliar o Estádio Nacional, é tudo para ampliar, situações que estão mais do que consolidadas do ponto de vista urbano, as pessoas podem gostar, podem não gostar.-----

-----Quando este Plano Diretor Municipal for substituído por outro, terá que se rever, diz que compete aos Municípios decidir qual é a utilização do espaço do seu território, vão ter que se definir quais são os novos espaços urbanos. -----

----- Nessa altura é a oportunidade para se dizer “novo espaço urbano só para isto ou para aquilo, etc.”, mas é preciso que esteja consumido o espaço urbano que ainda existe ou, se



Câmara Municipal
de Oeiras

não estiver consumido, que tenha vocação para acolher determinado tipo de atividades e habitação, etc., que é necessário ao território. -----

----- É uma coisa extraordinária, sistematicamente se põem em causa situações perfeitamente consolidadas. -----

----- O Senhor Vereador Duarte da Mata pode não gostar do projeto, está no seu direito, conhece o projeto? -----

----- Já o viu? -----

----- Se não o viu, peça para o ver.” -----

----- Realçou o **Senhor Vereador Duarte da Mata**: -----

----- “É exatamente isso, esta proposta não vinha com a proposta do projeto, não vinha com o Regulamento que nós íamos votar, só ontem é que foi lá colocado, portanto, é óbvio que há falta de informação. Há imagens que são conhecidas, que estão na Internet, não são é as versões atuais. -----

----- Só para dizer também em relação a isso, o Estádio Nacional foi construído, cabia às novas gerações ampliá-lo, assim como Monsanto devia ser ampliado, então agora nós vivemos com aquilo que fizeram nos anos quarenta? -----

----- Não fazemos nada para ampliar essas estruturas? -----

----- Qualquer dia construímos umas muralhas à volta para ninguém entrar nesses sítios? -

----- Eu acho que isso não pode ser assim, o nosso papel, o nosso do Executivo, não é abrir a porta a todos os investimentos sem perceber qual é o grau de mais-valia que tem. -----

----- Qual é o grau de mais valia que tem para resolver a questão da habitação esta proposta, por exemplo?” -----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “A Câmara Municipal, ontem, apresentou um plano de habitação num terreno onde querem ampliar Monsanto para Algés. -----

-----As coisas são o que são, têm o seu território, têm a sua Geografia, há consolidações urbanas, etc., não é ampliar, têm é que se criar novos espaços. Em Linda-a-Velha vai nascer um parque urbano com catorze hectares, são trinta hectares, sendo que catorze vão ser destinados exclusivamente a parque urbano. -----

-----Vai-se criar um novo espaço de lazer significativo, quatro vezes superior ao parque urbano de Miraflores. -----

-----Isto não acontece por ampliação. Daqui a pouco, temos o Monsanto a ligar à Serra de Sintra. -----

-----Temos que ter o mínimo de razoabilidade, nós estamos aqui a discutir, claramente, o sexo dos Anjos. -----

-----Agora digo ao Senhor Vereador Duarte da Mata, desafio-o a mostrar um território aqui na Área Metropolitana de Lisboa que esteja melhor organizado que Oeiras, mais, desafio-o a mostrar-me um que tenha mais espaço verde que Oeiras. -----

-----Não é capaz de fazer isso!-----

-----Eu disponibilizo-me para ir consigo onde o Senhor quiser e mostra-me. -----

-----Ontem fiquei encantado quando a Ministra Mariana da Silva disse: “O Presidente não se lembra, mas eu andei na Serra de Carnaxide consigo a plantar pinheiros, era uma menina ali da Escola de Linda-a-Velha, andei com os meninos de Linda-a-Velha a plantar pinheiros junto com o Cavaco Silva, até o cumprimentei duas vezes”.-----

-----Eu fico espantado e o Senhor Vereador sabe isso, porque também por lá andou, antes destas eleições de dois mil e vinte e um faziam peregrinações, vejam bem se isto não é ridículo, faziam peregrinações à Serra de Carnaxide para mostrar a riqueza da biodiversidade da Serra de Carnaxide, como se fosse uma biodiversidade natural que tivesse surgido pela vontade de Deus. A verdade é que ela nasceu pela vontade do Presidente da Câmara. -----

-----Vejam bem, peregrinações à Serra de Carnaxide para salvaguardar a Serra das



Câmara Municipal
de Oeiras

barbaridades que o Isaltino queria fazer na Serra de Carnaxide. Isto é uma coisa absolutamente paradoxal, quem fez a Serra de Carnaxide fui eu, foi a minha liderança!-----

----- Eu é que mandei plantar tudo aquilo que lá está e, portanto, a riqueza que a Serra de Carnaxide tem, deve-se à ação deste Presidente de Câmara e depois vemos os fulanos que vieram viver para Oeiras nos últimos vinte anos, a armarem-se em defensores do património e a dizer: “vamos proteger a Serra de Carnaxide do indivíduo que a construiu”. -----

----- Não acha isto ridículo?” -----

----- O **Senhor Vereador Duarte da Mata** respondeu: -----

----- “Não acho ridículo e posso, depois, explicar porquê.” -----

----- Referiu o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Recordando a noite de ontem, eu tive uma aula até às onze e tal da noite sobre isto, onde estivemos, por acaso, a falar do Plano da Costa do Sol e estivemos a falar como é que Monsanto foi feito e como é que foi feito o Estádio Nacional.-----

----- Quando a Vereadora Carla Castelo aqui trouxe a questão do trigo, os meus colegas sorriram muito do que eu disse, mas eu não estava a brincar. É preciso conhecer as campanhas do trigo do Salazar. Não é diferente o que se está a propor. -----

----- O Monsanto e o Estado Nacional fizeram-se com o esbulho, foram proprietários esbulhados para fazer aquilo, mas isso é em ditadura.-----

----- Nós vamos voltar a isso?-----

----- É que quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele.-----

----- Quando nós falamos dos direitos constituídos, Senhor Vereador, os direitos constituídos têm a ver com o respeito pela propriedade alheia, com o Estado de Direito Democrático, nós ou queremos ou não queremos viver num Estado de Direito. -----

----- Eu não sou transpersonalista, eu respeito a propriedade das pessoas, quando eu compro um terreno com determinada capacidade, se mo querem tirar, têm que me pagar ou

então, não é sério isto e o Estado tem que ser pessoa de bem, tem que ser sério. -----

-----Quando eu digo o que disse há bocado, não digo isto como argumento político.” -----

-----Interrompeu o **Senhor Presidente**: -----

-----“Sabem disso muito bem, mas como não têm o poder e estão na oposição, é uma posição confortável estar contra tudo e contra todos e fazem tudo e mais alguma coisa. Quando os partidos começam a ganhar algum fôlego e a ter mais uns tantos deputados, nessa altura, começam a ser respeitáveis, começam a assumir uma posição mais respeitável, mais cuidado naquilo que prometem, porque as coisas são mesmo assim, mas quando se sabe que não se vai governar, promete-se este mundo e o outro. É nessa lógica que nós temos que dialogar aqui também.” -- -----

-----Ressalvou o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Senhor Presidente, mas isto tem que ficar claro. Se estão a propor o esbulho, porque retirar direitos a quem os tem, é esbulhar e, com essa proposta, têm de vir reconhecer que estão dispostos a propor que o Município ou esbulha ou indemniza e se estão dispostos que o Município indemnize no valor do terreno e o povo tem que conhecer isso.” -----

-----Esclareceu o **arquiteto Luís Baptista Fernandes**: -----

-----“Eu queria dizer duas ou três coisas sobre as observações técnicas trocadas por causa do Alto da Boa Viagem. -----

-----Em primeiro lugar, pedir as minhas desculpas pelos elementos não terem sido todos carregados na altura devida no Salão Nobre Digital, mas eu pensava que a alteração era tão simples que não precisava desses elementos, mas já os carreguei. -----

-----Indo diretamente à questão sobre o artigo do Regulamento, o Alto da Boa Viagem integrava, na versão original do estudo urbanístico que foi aprovado, quer terrenos privados, quer terrenos do Estado, a saber, a Cidade de Futebol faz parte do plano estratégico. -----

-----A opção do Estado foi, reconhecendo, tardiamente é certo, que não lhe fazia falta o



Câmara Municipal
de Oeiras

parque de estacionamento que estava semi-utilizado a norte do Alto da Boa Viagem, reafectá-lo à FPF - Federação Portuguesa de Futebol porque, se lerem a Resolução do Conselho de Ministros, percebem que existe uma certa vontade de reativar o Estado Nacional através da presença da Federação Portuguesa de Futebol. Inclusivamente, a Federação Portuguesa de Futebol dispôs-se a fazer alguns investimentos importantes e entendeu-se que a melhor maneira de aproveitar terrenos que estavam incluídos no Estado Nacional, era colocá-los ao serviço da Federação Portuguesa de Futebol. -----

----- Eu recordo que a Câmara também está a dar o seu contributo, porque, com a implementação do Alto da Boa Viagem, versão terrenos privados, a Câmara reserva terrenos significativos em área para os destinar, neste caso, uma parte à Cidade do Futebol e uma outra parte até pode vir a ser para o IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, mas é possível que estes terrenos destinados a equipamentos, que foram cedidos à Câmara, possam vir a contribuir para tornar mais integrado o Estádio Nacional com as operações confinantes. -----

----- Eu recordo, ainda, no âmbito dos grupos de trabalho que fizemos com o IPDJ sobre o Estado Nacional, inclusivamente, o Alto dos Agudinhos, que é uma propriedade significativa, vai ter um parque urbano, vai ter ligações ao Estado Nacional e, do ponto de vista do planeamento, é uma unidade integrada no Jamor, é integrada porque as pessoas vão poder circular através do Alto dos Agudinhos, vindo do norte de Queijas para o Estado Nacional e que a Câmara comprou, neste caso, até terrenos ao Estado. -----

----- Isto é um à parte para explicar que aquilo não é bem uma unidade murada e o nosso esforço tem sido em, apesar de o projeto estar datado e ter demorado algum tempo, tentar fazer o melhor possível relativamente a torná-lo, quer integrado nos aglomerados urbanos confinantes, quer no Complexo Nacional do Jamor, até porque é inegável, está ali ao lado e nós temos, de facto, de criar condições para que as pessoas utilizem as partes que são públicas do Estádio Nacional da melhor maneira, este tem sido o nosso esforço. -----

-----Quanto ao artigo que está a ser alterado é muito simples, também fruto de uma tentativa de que aquela urbanização, à data, fosse exemplar, a Câmara entendeu que devia impor ao promotor que a operação se concretizasse numa única vez, isto para não haver um estaleiro permanente durante as obras, podia nascer hoje um edifício, daqui a três anos outro e as infraestruturas estavam sempre por fechar. -----

-----O que a Câmara determinou, e concordei na altura, não participei diretamente na aprovação das versões iniciais, mas lembro-me de ler, e deve ser a única operação de loteamento que obriga, porque a lei determina que os loteamentos podem ser faseados, que aquela operação fosse realizada de uma única vez, isto só para que a qualidade ambiental das obras constantes, dos aterros, camiões, fosse localizada num período específico e as obras fossem todas realizadas de uma vez. -----

-----Esta operação de loteamento tem uma dependência, ao nível das infraestruturas, de obras exteriores ao perímetro da operação de loteamento.-----

-----Ora, esta operação em carga, ou seja, na sua máxima expressão, determina que todas as obras que estavam planeadas, designadamente as infraestruturas, tivessem que estar realizadas para que pudessem ser licenciados os edifícios.-----

-----Acontece, também, que essa parte das infraestruturas externas à operação de loteamento, são dependentes de pareceres de entidades externas, no caso APL - Administração do Porto de Lisboa, noutro caso as IP - Infraestruturas de Portugal e, noutro caso ainda, Estádio Nacional. -- -----

-----Se à data original esses pareceres foram todos obtidos, eles agora com o tempo e com os projetos de execução das infraestruturas e, em particular, com a criação da zona especial de proteção do Estádio Nacional, houve necessidade de envolver mais uma entidade, a Direção-Geral do Património Cultural e, novamente, o IPDJ porque a solução, por via da concertação com a Direção-Geral do Património Cultural, determinou uma solução diferente nos nós viários. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Isto determinou um atraso considerável na aprovação dos projetos das infraestruturas e, associado com o que o Senhor Presidente acabou de dizer, que é interessante e havia um compromisso da Câmara no memorando de entendimento que a Federação Portuguesa de Futebol e um dos lotes, aquele que está adjacente para a Cidade do Futebol, pudesse vir a integrar o complexo da Federação Portuguesa de Futebol, a única maneira de o conseguir, em tempo útil e face aos prazos que a FPF apresentou, era, justamente, fasear a operação de loteamento. -----

----- Não era uma vontade inicial da Câmara, ou seja, existe uma dependência funcional de todos aqueles edifícios sobre a plenitude das infraestruturas, não sendo possível concretizá-las todas de uma vez, não há volta a dar, pediram o faseamento. Pediram o faseamento, a lei determina essa possibilidade, a Câmara é que tinha imposto no Regulamento uma norma para que fosse executada de uma vez, que é o artigo trinta e três. -----

----- Ou seja, o que vem aqui à Câmara é que a solução base foi aprovada com esta disposição regulamentar e que pudesse ser faseada por estas razões que eu acabei de dizer e creio que está no meu parecer que está anexo à proposta. -----

----- A determinante urbanística não sofre qualquer alteração, ou seja, os parâmetros da solução base, os pequenos ajustamentos que correm do tempo e a circunstância do Regulamento do loteamento impor toda a obra de uma vez e, agora, a Câmara está a aceitar que sejam duas vezes pelas razões que apontei.” -----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Ainda bem que o arquiteto falou nisso porque me lembrou que estas infraestruturas ainda são do tempo da primeira vez que o arquiteto Luís Serpa esteve na Câmara, depois saiu e voltou, e eu recordo-me da discussão que deu e o esforço na altura que ele fez, justamente no sentido que o projeto de infraestruturas fosse do maior rigor possível e que se executasse efetivamente tudo de uma vez, precisamente para evitar que, a par com a venda dos lotes, que sabemos, com frequência, é um passo difícil, faz-se um, depois faz-se outro, etc., e que, a dada

altura, se as infraestruturas não forem feitas todas ao mesmo tempo, quando estamos a falar de infraestruturas de grandes dimensões, pode acarretar ali problemas que diminuem a qualidade das mesmas. --- -----

-----Foi esse o espírito e já lá vão uns vinte e cinco ou trinta anos. Como também sei que foi um plano muito discutido com as diferentes entidades, designadamente com o Estado, e, portanto, há ali compromissos, no que diz respeito aos terrenos, não são os terrenos que a Câmara Municipal recebe, mas os terrenos que foram transferidos para a Federação Portuguesa de Futebol, aqueles que ainda vão ser transferidos, aliás, eu tenho aí já uma coisa assinada pela Federação Portuguesa de Futebol, só falta a minha assinatura, justamente para poder antecipar a realização de obras no terreno que a Câmara Municipal, quando receber, irá entregar à Federação Portuguesa de Futebol.”-----

-----Relembrou a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**: -----

-----“Ficou por responder a questão das fases, quantas estão previstas.”-----

-----Esclareceu o **arquitecto Luís Baptista Fernandes**: -----

-----“Eu não sei de cor, mas penso que são duas obras rodoviárias que são importantes e que têm uma circunstância que, se olharmos para o estudo de tráfego da versão base, diz que todas aquelas infraestruturas têm que ser realizadas. -----

-----O que acontece neste caso, a ser requerido o faseamento, a Câmara diz que o faseamento só pode ser aceite se for demonstrado que as obras que são realizadas, dependem exclusivamente do promotor e que não dependem de pareceres externos e asseguram uma quota parte da urbanização no seu todo, ou seja, vamos imaginar que cem por cento da urbanização depende cem por cento da concretização das obras, o que foi feito aqui foi um exercício: não fazendo esta obra A e a obra B, quantos edificios podemos licenciar mantendo na íntegra a qualidade do estudo de tráfego. -----

-----Isso foi verificado e ficam doze ou catorze lotes que não podem ser objeto de



Câmara Municipal
de Oeiras

licenciamento. -----

----- Só há duas fases: uma fase correspondente àquelas obras que são de exclusiva dependência do promotor e aquelas que eu falei, que dependem da IP e outras entidades e que estão numa fase final, mas que ainda demoram algum tempo e a promoção fica condicionada, há uma parte significativa da operação que não é possível concretizar enquanto elas não estiverem feitas.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração da Operação de Loteamento do Alto da Boa Viagem ao nível do seu Regulamento, com incidência no artigo trigésimo terceiro, no sentido de permitir a execução faseada das obras de urbanização.-----

----- Oficiar ao requerente. -----

----- Nos termos da alínea a), número um, do artigo vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

----- III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O loteamento do Alto da Boa Viagem não respeita em grande parte do terreno as mais valias ecológicas, prejudicando gravemente e para sempre o potencial desta área para servir de expansão natural da Mata do Jamor, que continua a sofrer ataques em todo o seu perímetro, ao qual a referida proposta não é alheia, já que até as infraestruturas rodoviárias estão apontadas a entrar no espaço do Estádio Nacional. -----

----- A expansão do Jamor é uma necessidade face às dinâmicas demográficas do Concelho e o projeto da cidade do futebol, que terminou com parte do que eram infraestruturas de apoio ao estádio, com centenas de árvores abatidas, foi um grave precedente. -----

----- Tem a CMO ao seu dispor, caso quisesse, meios legais para melhorar fortemente um

projeto obsoleto e danoso.”-----

52 - PROPOSTA Nº. 67/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO “A JUNÇÃO”, PARA REALIZAÇÃO DE CONCERTO DE LANÇAMENTO DE ÁLBUM COMEMORATIVO DOS 40 ANOS DE CARREIRA DE PEDRO DE FARO: -----

-----I - O Senhor Vereador Duarte da Mata referiu:-----

-----“Era só para dizer que valeu a pena termos chamado à atenção para algumas questões, porque agora a proposta vem impecável e votaremos a favor.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira pontual no valor de três mil e trezentos euros, à Associação “A Junção Associação de Intervenção Cultural”, para a realização de concerto de lançamento de álbum comemorativo dos quarenta anos de carreira de Pedro de Faro.-----

-----A minuta de termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro.-----

-----Números um e dois, do artigo segundo, artigos terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e artigo nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

treze, de vinte e sete de agosto. -----

53 - PROPOSTA Nº. 68/23 - UPGO - Pº. 2021/43-DEM - “PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA - REQUALIFICAÇÃO” - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SENHOR PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato praticado pelo signatário de aprovação da prorrogação de execução da empreitada, por mais sessenta e seis dias, no âmbito do Decreto-Lei número trinta e seis, de dois mil e vinte e dois, de vinte de maio, passando nestes termos a data de conclusão contratual para o dia trinta e um de março de dois mil e vinte e três. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos centésimo sexagésimo sétimo, número um, alínea c) e centésimo sexagésimo nono, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Após a votação saiu definitivamente o **Senhor Vereador Pedro Patacho**. -----

54 - PROPOSTA Nº. 69/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 1ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----

----- I - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** frisou o seguinte: -----

----- “Muito pouco tempo depois da aprovação do Orçamento faz-se uma proposta permutativa no valor de cinco milhões de euros, não é muita mexida para um primeiro orçamento? -----

----- Por que é que se teve que mexer tanto numa coisa aprovada agora mesmo? -----

----- Há muitas novidades?” -----

----- Referindo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Nenhuma, basicamente, esta proposta serve para se fazer a passagem dos cabimentos e dos compromissos do ano anterior para este ano, é para acertar contas, porque quando se fecha o ano há coisas que estão faturadas, mas que ainda não estão pagas e que é preciso passar para o ano seguinte e que não estavam previstas no orçamento no ano seguinte, portanto, fazemos uma alteração orçamental para poder haver cabimento ou previsão orçamental para as pagar e pagar o devido, é só isso.” -----

-----O **Senhor Presidente** alegou: -----

-----“Já agora deixe-me esclarecer aqui uma dúvida já que está ali o doutor Bruno Mouco e a doutora Paula Saraiva da área financeira. -----

-----Há dias, na Assembleia Municipal, foi suscitada uma questão, aliás, a proposta foi retirada, relativamente à Freguesia de Algés, gostava que me esclarecessem isso porque eu fiquei na dúvida, tinha sido atribuído um subsídio, no valor de vinte mil euros, para aquisição de um palco, entretanto, na última reunião da Assembleia foi presente uma proposta para descabimentação desses vinte mil euros e deu uma polémica tremenda, mas vou dizer qual é o meu raciocínio, depois corrijam-me, porque eu acho que nós temos, se calhar, de mandar de novo à Assembleia. -----

-----É atribuído um subsídio de vinte mil euros para compra de um palco, em setembro de dois mil e vinte e dois, a Junta de Freguesia por qualquer razão, naquele caso, alegou que não tinha tido conhecimento da autorização, gerou-se ali até uma confusão entre a Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às Freguesias e o Presidente da Junta, porque a dada altura a Chefe de Divisão disse que não era verdade o que o Presidente da Junta tinha dito, era escusado este tipo de coisas, na minha opinião, se não gastou o dinheiro até ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, se no orçamento para dois mil e vinte e três nós não consideramos essa verba, significa que não é preciso descabimentar nada, porque automaticamente foi atribuído, mas não foi gasto, caiu, acabou, a não ser que no orçamento de dois mil e vinte e três esteja considerada



Câmara Municipal
de Oeiras

essa verba como transitada.” -----

----- Acrescentando o **doutor Bruno Mouco**: -----

----- “Ou então que a necessidade de aquisição continua ainda a verificar-se, pode acontecer.- -----

----- A questão relativamente à descabimentação, o texto que costuma ir nas propostas não é o mais feliz, porque o que estamos a votar é a decisão de contratar se queremos revogar ou não a decisão de contratar, porque o cabimento é meramente instrumental. -----

----- O cabimento nasce para dar cobertura à decisão de contratar, se não se verifica a necessidade de contratar ele cai pela sua natureza, neste caso foi extemporâneo, porque ele já tinha caído com o fecho do orçamento, portanto, aqui de duas uma, ou há vontade de continuar com o procedimento e tem que se recabimentar em dois mil e vinte e três a mesma verba, não havendo, não há necessidade de fazer a descabimentação porque ela já caiu.” -----

----- Voltando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não há necessidade de voltar à Assembleia, se for necessário atribui-se um subsídio.”- -----

----- Dizendo o **doutor Bruno Mouco**: -----

----- “Exatamente, então era escusado ter lá ido.” -----

----- A **doutora Paula Saraiva** referiu o seguinte: -----

----- “O Senhor Vice-Presidente respondeu ao Senhor Vereador que esta alteração permutativa é uma alteração técnica, ou seja, há muitos valores que não foram pagos em dois mil e vinte e dois e têm que ser pagos agora em dois mil e vinte e três. -----

----- O que é que acontece? -----

----- A dotação de vinte e três não é suficiente, terá que reforçar e há que reforçar por conta de outras dotações de outras rubricas. -----

----- No fundo, é uma alteração que se destina a assegurar transição de compromissos e de

cabimentos, estão lá os cabimentos para registar.-----

-----Por exemplo, no caso que o Presidente estava a dizer, se fosse o caso de haver interesse em tornar e em prever o cabimento do subsídio outra vez para dois mil e vinte e três, tinha que haver dotação inicial para ser recabimentado, é uma alteração técnica para começarmos a trabalhar. -----

-----Claro que nem tudo foi resolvido por esta alteração, razão pela qual e deixe-me antecipar, na próxima reunião virá uma revisão orçamental já com outros intuitos e com outros objetivos também para começar a trabalhar, mas esta é uma alteração técnica.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de dezasseis de novembro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT- CMO/dois mil e vinte e três/mil cento e oitenta e três, referente à primeira Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e três, no valor de cinco milhões sessenta mil oitocentos e noventa e nove euros, na despesa.-----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois, de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

55 - PROPOSTA N.º 70/23 - DFP - REGULAMENTO DE CONSTITUIÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO E FUNDOS FIXOS DE CAIXA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor**



Câmara Municipal
de Oeiras

Vice-Presidente, aprovar o Regulamento de constituição e regularização de Fundos de Maneio e Fundos Fixo de Caixa do Município de Oeiras. -----

----- Nos termos dos pontos dois ponto nove ponto dez ponto um ponto onze e dois ponto nove ponto dez ponto um ponto um do POCAL e no artigo décimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

56 - PROPOSTA Nº. 71/23 - DGF - FUNDOS DE MANEIO E FUNDOS FIXOS DE CAIXA PARA 2023: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição dos Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa de acordo com a seguinte tabela: -----

----- Fundos de Maneio - dois mil e vinte e três: -----

----- Unidade Orgânica / Serviços - Responsável - Valores por mês: -----

----- Gabinete da Presidência (GP) - Irina Costa - três mil euros; -----

----- Departamento Gestão Organizacional (DGO) - Vera Carvalho - cem euros; -----

----- Divisão de Gestão Financeira (DGF) (Diversos) - Aurora Rica - seiscentos euros; ----

----- Departamento de Obras Municipais (DOM) - Fátima Rabuge - cento e cinquenta euros; -----

----- Divisão de Conservação e Administração Direta (DCAD) - Nuno Guerreiro - três mil euros; -----

----- Departamento de Projetos Especiais e Reabilitação Urbana (DPERU) - Pedro Carrilho - cem euros; -----

-----Divisão de Viaturas e Máquinas (DVM) - Pedro Nunes - setecentos euros;-----

-----Direção Municipal de Educação Desenvolvimento Social e Cultura (DMEDSC) -
Jorge Barreto Xavier - cento e cinquenta euros;-----

-----Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) - Luís Afonso - cinquenta euros; --

-----Departamento de Artes, Cultura, Turismo e Património Histórico (DACTPH) -
Gaspar Matos - trezentos e cinquenta euros.-----

-----Fundos Fixos de Caixa - dois mil e vinte e três: -----

-----Unidade Orgânica - Serviços - Responsável - Valores por mês: -----

-----Divisão de Polícia Municipal - DPM - José Fernandes - cento e setenta e cinco euros;

-----Divisão Administrativa e de Contraordenações -NAC - José Sousa - cinquenta euros.

-----Sem prejuízo dos responsáveis dos fundos fixos de caixa acima identificados, a
operacionalização da arrecadação de receita naqueles serviços será efetuada pelos funcionários
que desempenham, a cada momento, as referidas funções.-----

-----A regularização dos Fundos de Maneio, deve obrigatoriamente obedecer ao
estipulado nos termos dos artigos quinto e sexto, do Regulamento de constituição e regularização
de Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa em vigor.-----

-----Nos termos da alínea a), do ponto dois ponto nove ponto dez ponto um ponto onze
das considerações técnicas aprovadas pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa
e nove, de vinte e dois de fevereiro não revogado pelo SNC-AP, conjugado com o artigo décimo,
do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na
redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho e artigo
centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Código do Procedimento Administrativo. -----

**57 - PROPOSTA Nº. 72/23 - DPE - COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA NOVA
MORADA - IMPLEMENTAÇÃO DE BANCADA RETRÁTIL EM SALA POLIVALENTE -
CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA Nº. 343/2022 - DESCABIMENTAÇÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

DE VERBA SOBRENTE: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a descabimentação da verba de mil cento e sessenta e oito euros e cinquenta cêntimos, não utilizada no âmbito do Contrato de Participação Financeira número trezentos e quarenta e três, de dois mil e vinte e dois, com a Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada (CHENM), em Paço de Arcos, referente à implementação de uma Bancada Retrátil na Sala Polivalente, onde a cooperativa produz diversos espetáculos teatrais e atividades desportivas. -----

----- A remessa à Divisão de Gestão Financeira para as necessárias diligências. -----

----- Nos termos das alíneas d) e o), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo nono e centésimo septuagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo. -----

58 - PROPOSTA N.º 73/23 - DPU - REQ.º 12579/2022 APENSO AO PROC.º 2516/1987 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO SOLICITADO POR ALEGRO ALFRAGIDE - GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE CENTROS COMERCIAIS, S.A.:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** questionou o seguinte:-----

----- “Neste PIP o que é que está previsto para o terreno que vai ser cedido à Câmara?”-----

----- O **arquitecto Luís Baptista Fernandes** respondeu o seguinte: -----

----- “Isto é uma operação mais de gestão urbanística do que propriamente de planeamento, porque durante algum tempo a empresa Alegro mostrou interesse em expandir a sua atividade comercial e escritórios, parece que quer ou vai querer concretizar a sede de algumas empresas onde é hoje o Alegro, isto uma parte, a outra é a recomposição comercial em função

destes anos de experiência que lá têm.-----

-----Acontece que o lote do Alegro tem o potencial edificativo esgotado e demandou a Câmara no sentido de saber como é que resolvia isto e a Câmara disse, muito simples, comprem terrenos urbanos com capacidade edificativa, dentro da unidade operativa de planeamento, porque é possível fazê-lo, e dessa maneira, transferem os direitos construtivos que forem possíveis de aprovar nesse local para o edifício do Alegro e entregam o terreno à Câmara para a zona verde ou equipamento.-----

-----E assim foi, nós tomámos conhecimento que neste terreno, em particular, que vai ser cedido à Câmara, tinha sido adquirido pelo Lidl que queria fazer uma superfície comercial, a nós pareceu-nos que era um sítio inadequado face à frente de rua, é uma avenida, uma Via Longitudinal Norte - VLN, têm ali uma oportunidade de fazer um edifício diferente do que uma superfície comercial, não é que estivesse legalmente impedido, mas não era o mais correto do nosso ponto de vista.”-----

-----Atalhou o **Senhor Presidente:** -----

-----“É abaixo da antiga SIC, para aqueles que não estão a ver, mesmo junto à rotunda da Dezoito de Maio.”-----

-----Volvendo o **arquitecto Luís Baptista Fernandes:**-----

-----“Um terreno com dez mil metros quadrados naquele sítio, apesar disso, o Lidl formalizou o pedido no sentido de validar a possibilidade construtiva, mas nós conseguimos que eles entrassem em negociação e assim o Alegro compraria o terreno ao Lidl, não se faria lá o Lidl, transferia-se o direito construtivo para a ampliação futura que querem fazer e entregariam aquele terreno à Câmara para fazer um equipamento que, na circunstância, penso que será um dos principais edificios da Polícia de Segurança Pública.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Isto vem à Câmara sobretudo pela importância do projeto e para conhecimento



Câmara Municipal
de Oeiras

também do local e da nova esquadra de Carnaxide e como é que a Câmara na gestão urbanística fez a gestão de modo a conseguir fazer esta nova esquadra.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a emissão de parecer favorável ao Pedido de Informação Prévia, solicitado por Alegro Alfragide - Gestão e Exploração de Centros Comerciais, Sociedade Anónima, tendo em vista a ampliação do centro comercial, sito em Carnaxide. -----

----- Notificar o requerente e o atual proprietário do prédio objeto de cedência.-----

----- Nos termos do artigo décimo sexto, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

----- III - O **Senhor Vereador Duarte da Mata** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Não faz sentido aprovar mais obras públicas que dão respaldo à utilização do automóvel individual e que terão impactos na infraestrutura pública e num território e dimensões da vida dos oeirenses bem mais abrangentes do que o que a proposta expõe. -----

----- Aliás, esta proposta, reconhece o seguinte (documento: Anexo à informação número nove mil novecentos e noventa e oito, de dois mil e vinte e dois - DMOTDU/DOTPU/DMT): “dada a natureza da atividade prevista assim como da existência de boas condições de circulação em transporte individual, a disponibilidade de estacionamento no interior do edifício e a preferência pessoal para a realização de deslocações em transporte individual, faz prever que a repartição modal venha a ser bastante favorável ao transporte individual.” Por outro lado a proposta não avança alternativas consequentes, nem um enquadramento que sirva para compreender os impactos mencionados no documento “PIP de Obras de Edificação - Requerimento doze mil quinhentos e setenta e nove, de dois mil e vinte e dois, apenso ao processo dois mil quinhentos e dezasseis, de mil novecentos e oitenta e sete. Número INT-

CMO/dois mil e vinte e três/mil e trezentos”, nem a nível territorial, nem social, nem económico, considerando uma análise Custo-Benefício aprofundada que tome em consideração os custos das externalidades e benefícios associadas à utilização do transporte individual automóvel, e que será perpetuada por esta intervenção.-----

-----Esta afirmação não tem um fundamento adequado: “A proposta integra um estudo de tráfego, o qual mereceu na generalidade parecer favorável da DMT através da informação número nove mil novecentos e noventa e oito, de dois mil e vinte e dois e onde se conclui que é prevista uma melhoria significativa das infraestruturas viárias, oferta de melhores condições ao nível do transporte público e respetivas ligações, criação de novos acessos pedonais, e implementação de uma ciclovia (segregada do tráfego rodoviário) com ligação à rede municipal, intervenções estas que se consideram uma mais-valia no sentido de requalificação do espaço público.” Por fim, também não existem documentos suficientes para compreender como se associa uma estrutura ecológica ao que propõe, nem se apresenta essa relação com elementos gráficos e quantitativos que sejam esclarecedores do que se menciona.-----

-----No documento faz-se uma confusão entre os conceitos de mobilidade e estrutura ecológica, relacionando estes de forma muito redutora no “Anexo à informação número duzentos e dois, de dois mil e vinte e três/DPU”: “Assumir a Estrutura Ecológica Municipal como veículo da sociabilidade urbana, designadamente através do estabelecimento de percursos suaves, promovendo assim a mobilidade pedonal e ciclável”.-----

59 - PROPOSTA N.º 74/23 - DRU - ARU DE BARCARENA - APROVAÇÃO DA RESPETIVA ORU (OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA) ENQUADRADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BARCARENA - ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 1025/22: -----

-----I - A Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho fez a seguinte intervenção:-----

-----“Era só para dar nota de que temos pena e, apesar de concordarmos com esta



Câmara Municipal
de Oeiras

proposta e com a operação de reabilitação, que os prazos sejam para tão tarde e quem perde é a Freguesia de Barcarena.”-----

----- Respondeu o **Senhor Vice-Presidente:** -----

----- “Senhora Vereadora estamos sempre em tempo de aprovar novas Áreas de Reabilitação Urbana e Operações de Reabilitação Urbana, como estamos a fazer, fizemos recentemente para Algés e Linda-a-Velha.”-----

----- Interrompeu a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho:**-----

----- “Falo apenas desta em específico e dos prazos que estão previstos nesta em específico.”-----

----- Insistiu o **Senhor Vice-Presidente:**-----

----- “Senhora Vereadora estamos sempre em tempo de aprovar novas Áreas de Reabilitação Urbana e Operações de Reabilitação Urbana.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal para aprovação, a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Barcarena, enquadrada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.-----

----- Nos termos do Decreto-Lei número trezentos e sete, de dois mil e nove, de vinte e três de outubro, artigos quinto, sétimo e décimo sétimo.-----

----- Artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas m) e n), artigo vigésimo quinto, número um, alíneas h) e r), bem como artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas a) e ccc) da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

60 - PROPOSTA N.º. 75/23 - DOT - DECLARAÇÃO DE NÃO CADUCIDADE DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS E

EXTENSÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO ATÉ 7 DE JUNHO DE 2023: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte: -----

-----“Queria apenas assinalar que vamos na terceira prorrogação do prazo e é necessária uma conclusão de uma vez por todas.” -----

-----O **Senhor Vereador Duarte da Mata** disse o seguinte: -----

-----“Este processo de atrasos conta aqui algumas histórias, parece que há aqui uns atrasos numas entidades, mas na verdade houve muito tempo para fazer este processo e, de facto, não era necessário este argumento final, os cinco meses para não conseguir concluir.-----

-----Em todo o caso, este plano em específico do Norte de Caxias e o empresarial de Paço de Arcos, que vem na proposta seguinte, nós não concordamos com o tipo de uso, já o tínhamos demonstrado na revisão do PDM e, portanto, vamos votar contra.-----

-----Por nós, deviam ser feitos novos termos de referência e adaptar, no fundo, às novas exigências, às novas oportunidades que temos.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“O Senhor Diretor Municipal estava-me a fazer um sinal e eu passo-lhe a palavra.-----

-----Explique por favor, qual é a razão de ser desta prorrogação, sob pena de ficarmos a pensar que é o Município de Oeiras que não trata das coisas a tempo e horas.”-----

-----O **arquiteto Luís Serpa** esclareceu o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar é preciso saber, conhecer o que é um processo de elaboração de um instrumento deste tipo no contexto do direito do urbanismo português e no contexto da relação entre os Municípios e as Comissões de Coordenação Regional, que atualmente existe. ---

-----As coisas são lentas, são complexas, em todas estas situações é necessário uma série de estudos complementares, uma pluridisciplinaridade imensa para conseguir depois fazer um diálogo rigoroso e construtivo na defesa daquilo que são os objetivos estratégicos traçados pelo Município. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Todos esses Planos de Pormenor são concretizações de Programas Estratégicos que vêm do Plano Diretor, na versão anterior a dois mil e quinze e há alguns que já vêm do plano da versão de noventa e quatro, não todos, mas alguns já vêm, por isso, quando se começa com pouca fundamentação, a falar no ar e a levantar questões em relação às classificações do solo, convém termos alguma ponderação sobre as coisas que estamos a dizer. -----

----- Se é possível discutir tudo? -----

----- Claro que é, mas convém que quando se quer transportar de uma discussão de opinião para um rigor técnico convém conhecer o que é esse rigor técnico e como é que as coisas podem e devem ser abordadas, senão nada disto tinha acontecido, se tivéssemos aqui há uns anos atrás tido o mesmo tipo de posicionamento em relação à pura execução do próprio processo de planeamento, não estamos a inventar nada em plano nenhum. -----

----- É difícil, foi difícil, basta o exemplo do Plano Pormenor Norte de Caxias que são umas pedreiras que foram exploradas e essas pedreiras depois ficaram com umas linhas que ninguém percebe e que foram traçadas quando foi definido a uma escala macro a delimitação da REN - Reserva Ecológica Nacional. -----

----- Nós atualmente temos pareceres do próprio Professor Zêzere que foi quem definiu os critérios de qualificação da REN, que nos demonstrou que a REN de Oeiras tem erros graves, não foi porque ele não tivesse sido também consultor, mas tem erros graves, porque não foi feita a verificação à escala do terreno, à escala do trabalho concreto final, dos princípios que foram analisados pelo algoritmo a uma escala de cinco mil, ou qual era a escala de referência que existia para o PDM - Plano Diretor Municipal, portanto, quando se transporta dessa escala para a realidade, basta ir lá ver onde é que andam aquelas linhas e perceber que aquilo não faz sentido nenhum.-----

----- No entanto, nós temos que seguir aquilo que a legislação estabelece e ao seguir aquilo a que a legislação estabelece temos que ter todos os procedimentos, todas as

fundamentações, há pareceres do Professor Doutor Carmona Rodrigues sobre a questão da linha de água e ninguém pode deixar de dizer que é um especialista em regimes hídricos e hidráulica, temos o parecer do Professor Zêzere sobre a questão da REN, tudo isso demorou este tempo para discutirmos uma ata da primeira reunião de concertação feita com a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, depois de termos feito a concertação com uma dezena de outras entidades, incluindo a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, que já tinha emitido uma posição favorável e estou a falar só do caso do Norte de Caxias, foram necessários três meses para chegarmos a um consenso sobre a ata, porque se determinadas coisas são ditas, então nós temos que defender a nossa posição, são acrescentados argumentos, são requeridos mais estudos, temos que fazer os estudos e isso fez com que o prazo fosse novamente ultrapassado. -----

-----Para além disto, os planos só são eficazes, só funcionam, só se concretizam, só se tornam programados e exequíveis se forem feitos em interação com os investidores que os vão realizar, se não saem fora da realidade e transformam-se em realidades inúteis e investimentos de tempo, de pessoas e de recursos públicos para deitar fora. -----

-----Portanto, tem que ser feito nessa interação e depois no meio disto tudo é preciso concertar com esses investidores todos os ajustamentos, todas as reflexões, todas as mudanças que vão sendo feitas ao longo deste processo. -----

-----Isto foi só para explicar que o processo não se atrasou por inépcia ou por desinteresse ou por incapacidade, o processo atrasou-se porque é mesmo assim, a legislação que temos, a interação que temos com a Administração Central, a complexidade destas matérias, leva a que as coisas não sejam possíveis de fazer mais depressa do que aquilo que são feitos. -----

-----Se houver quem consiga fazer mais depressa, em termos técnicos, não estou a falar aqui de outras coisas, eu agradeço que nos indiquem para poderem trabalhar connosco, porque nos vão resolver uma série de problemas, não tenho problema nenhum com isso, o objetivo é que



Câmara Municipal
de Oeiras

as coisas resultem bem, não é que sejamos nós a fazer, agora o processo, este, a vida é esta para todos esses planos e são planos de pormenor com impactos circunscritos que correspondem a investimentos significativos que podem e contribuem, e toda a gente reconhece isso, para a própria dinamização da economia da Área Metropolitana e, se calhar, do País, basta analisar esse do Norte de Caxias e, no entanto, estamos a discutir este tipo de coisas.-----

----- Uma linha de água que não está lá há cinquenta anos, mas ficou numa carta marcado essa linha de água por lapso, para retirar esta linha de água da equação foi um trabalho que ainda não acabou, porque foi preciso o parecer do Professor Carmona Rodrigues, foi preciso o parecer da APA a dizer, de facto, a linha de água não estava lá e que não fazia sentido, era para retirar, isto é história pura, não há aqui nenhuma invenção, nem há sequer nenhuma atitude contrária em relação aos que eram os técnicos, muito menos aos decisores políticos que estão na CCDR que têm tido um comportamento muito colaborante com toda a situação. -----

----- Mas a legislação é como é e há nas estruturas técnicas e às vezes uma perspetiva um bocado redutora daquilo que é a competência própria dos Municípios e, sobretudo, daquilo que é a competência técnica das equipas que estão nos Municípios, porque isso eu não tenho problema nenhum em dizer, nós temos uma equipa técnica de excelência e, portanto, não tenho problema nenhum com isso e quando não temos vamos buscar as pessoas que são, fomos buscar a Professora Fernanda Paula Oliveira para a componente jurídica, fomos buscar o Professor Zêzere para analisar a questão da REN, fomos buscar o Professor Carmona Rodrigues para tratar da questão hídrica, a APA já tinha sancionado, mesmo assim havia noutras entidades, nomeadamente a CCDR, que questionasse a posição da APA, portanto, é neste universo que se trabalha.--- -----

----- Isto é só para explicar, não há nenhuma avaliação crítica das posições técnicas ou de quem quer que seja que esteja na Administração Central, é apenas dizer que isto justifica o porquê de estarmos aqui outra vez a dizer que houve, de facto, atraso, que não nos permitiram

fazer na segunda prorrogação do prazo, que é a última que a lei prevê que o Município possa estabelecer para nós fazermos o procedimento de elaboração do plano. -----

-----Se fôssemos só nós a elaborar era uma coisa, mas não somos só nós, somos nós a elaborar e todo o processo de interação com essas entidades todas a acontecer ao mesmo tempo. -

-----É essa a razão de ser que nos leva a precisar de mais esse tempo. Estamos já no finalmente das questões com a CCDR em relação ao Norte de Caxias, o outro, o Empresarial de Paço de Arcos, vai começar a concertação.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“A propósito do bom planeamento ou do bom ordenamento do território, eu com frequência reclamo para Oeiras um bom ordenamento do território comparativamente com os outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e lembro-lhes que nos anos noventa, por volta de noventa e quatro, noventa e cinco, tinha Oeiras mais planos de pormenor do que todos os Municípios da Área Metropolitana juntos, era uma altura em que os Presidentes de Câmara fugiam dos planos de pormenor como o diabo da cruz, portanto, gostavam mais de trabalhar com os projetos de loteamento, estão a ver qual é a diferença entre planear à escala de um loteamento ou à escala de um plano. -----

-----Obviamente que o plano tinha na ótica desses Presidentes de Câmara um inconveniente, é que o plano de pormenor auto vincula-nos ao seu cumprimento e, portanto, o que condiciona, naturalmente, não se pode estar a mudar o plano a toda a hora, um plano é para uma década pelo menos. -----

-----Obviamente que a partir do momento em que a Câmara aprova um plano está sujeita e obrigada a cumpri-lo, com o loteamento é digamos, a política do salame, na realidade quanto maior for a escala de planeamento melhor ordenamento do território nós podemos fazer, sobretudo se pensarem que há determinadas zonas, em Oeiras também existiu isso, a dada altura havia muito loteamento, era um bocadinho de acordo com a vontade dos proprietários dos



Câmara Municipal
de Oeiras

terrenos, um tipo fazia uma rua e depois lá ao fundo metia um prédio e faziam um impasse, era a história de um impasse. -----

----- Depois havia outro proprietário, do outro lado, fazia também a urbanização dele no loteamento dele, mais um impasse e quando se quisesse fazer ligação não havia hipótese de fazer ligação de um lado para o outro, porque estava um prédio no meio. -----

----- Quando se faz um plano já é diferente, a escala já é maior e já se organiza de uma maneira diferente. -----

----- Oeiras forjou ao longo do tempo uma cultura de planeamento que não era muito vulgar, nem hoje é muito vulgar nas Câmaras Municipais deste País, portanto, eu só quero aqui enfatizar aquilo que o arquiteto Luís Serpa disse relativamente à cultura de excelência que nós procuramos ter aqui na equipa de planeamento e recorrendo, quando se recorre ao exterior, aos melhores, não há preocupação de ir aos mais baratos, há preocupação de ir aos melhores.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a “Declaração de Não Caducidade do Procedimento de Elaboração do Plano de Pormenor Norte de Caxias, com efeito retroativo ao dia sete de janeiro de dois mil e vinte e três e estabelecimento da extensão do prazo de elaboração por mais cinco meses, ou seja, até sete de junho de dois mil e vinte e três, data limite para a sua aprovação em Assembleia Municipal”, com enquadramento na explicitação das vicissitudes da tramitação deste processo, descritas na informação junta ao processo, e também, no parecer jurídico da especialidade, que se junta à informação técnica. -----

----- Nos termos do artigo septuagésimo sexto, número sete, do Decreto-Lei número quarenta e cinco, de dois mil e vinte e dois, de oito de julho. -----

61 - PROPOSTA N.º. 76/23 - DOT - DECLARAÇÃO DE NÃO CADUCIDADE DO

PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR EMPRESARIAL DE PAÇO DE ARCOS E EXTENSÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO ATÉ 7 DE MAIO DE 2023: --

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a “Declaração de Não Caducidade do Procedimento de Elaboração do Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos, com efeito retroativo ao dia sete de janeiro de dois mil e vinte e três e estabelecimento da extensão do prazo de elaboração por mais quatro meses, ou seja, até sete de maio de dois mil e vinte e três, data limite para a sua aprovação em Assembleia Municipal”, com enquadramento na explicitação das vicissitudes da tramitação deste processo, descritas na informação junta ao processo, e também, no parecer jurídico da especialidade, que se junta à informação técnica. -----

-----Nos termos do artigo septuagésimo sexto, número sete, do Decreto-Lei número quarenta e cinco, de dois mil e vinte e dois, de oito de julho. -----

62 - PROPOSTA Nº. 77/23 - DOT - PLANO DE PORMENOR EMPRESARIAL DE PORTO SALVO - REINÍCIO DO PROCEDIMENTO: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o início de novo procedimento para a elaboração do Plano de Pormenor Empresarial de Porto Salvo e um prazo de doze meses para a execução da elaboração do Plano, sem prejuízo da possibilidade de aproveitamento dos atos e formalidades praticados no âmbito do mesmo. -----

-----Sujeitar a Avaliação Ambiental Estratégica a elaboração do Plano de Pormenor Empresarial de Porto Salvo.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A abertura de novo período de participação preventiva nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), por um período de quinze dias.-----

----- A publicação da presente deliberação no Diário da República e à sua divulgação através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e na página da “internet” deste Município.-----

----- Nos termos do artigo septuagésimo sexto, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio.-----

**63 - PROPOSTA Nº. 78/23 - DOT - PLANO DE PORMENOR NORTE DE PAÇO DE ARCOS -
REINÍCIO DO PROCEDIMENTO:-----**

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e voto contra do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o início de novo procedimento para a elaboração do Plano de Pormenor Norte de Paço de Arcos e um prazo de doze meses para a execução da elaboração do Plano, sem prejuízo da possibilidade de aproveitamento dos atos e formalidades praticados no âmbito do mesmo.-----

----- Sujeitar a Avaliação Ambiental Estratégica a elaboração do Plano de Pormenor Norte de Paço de Arcos.-----

----- A abertura de novo período de participação preventiva nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), por um período de quinze dias.-----

----- Proceder à publicação da presente deliberação no Diário da República e à sua divulgação através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e na página da “internet” deste Município.-----

----- Nos termos do artigo septuagésimo sexto, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio.-----

64 - PROPOSTA Nº. 79/23 - SIMAS - 1ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA DAS RECEITAS CORRENTE E CAPITAL E REAJUSTAMENTOS CABIMENTAIS E COMPROMISSOS TRANSITADOS DE 2022 - PD Nº. 15-SIMAS/2023:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção do Senhor Vereador Duarte da Mata, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a primeira Alteração Orçamental Permutativa das Receitas Corrente e Capital, Despesas Corrente e de Capital.-----

-----Reajuste dos cabimentos e compromissos transitados de dois mil e vinte e dois, no montante de oito milhões cento e sessenta seis mil trezentos e vinte um euros.-----

-----Nos termos do artigo quadragésimo sexto-A e septuagésimo oitavo, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Lei número cinquenta e um, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, artigo quadragésimo sexto-A e quadragésimo sexto-B.-----

-----Norma de Contabilidade Pública vinte e seis do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) no ponto três.-----

-----E ponto oito ponto três ponto um (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).-----

65 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÃO AO PROFESSOR JOÃO LUÍS CARDOSO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Duarte da Mata, mediante proposta verbal do **Senhor Presidente**, exarar em ata um voto de louvor e congratulação ao Professor João Luís Cardoso, que a nível nacional, é um homem extraordinário e tem feito um trabalho de investigação ao



Câmara Municipal
de Oeiras

longo de todos estes cinquenta anos de uma dedicação extraordinária, de grande rigor e com uma grande capacidade de publicação, o qual lhe deverá ser transmitido. -----

66 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às vinte horas, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e Diretora de Departamento de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Diretora de Departamento,

Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho
de Ascensão /
500745943
2023.02.17 10:59:39 Z

(Vera Carvalho)